

**OE 2009: Alterações Fiscais**

***State Budget 2009: Tax Amendments***

***Budget de L'Etat 2009: Modifications Fiscales***



*Nuno Maya (detalhe), Coleção Fundação PLMJ*



AMPEREIRA, SÁRAGGA LEAL, OLIVEIRA MARTINS, JÚDICE E ASSOCIADOS  
SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL

*PLMJ, Advogados com Valor*









## Índice

1 . . . . .	OE 2009 Alterações Fiscais
-------------	-------------------------------

## Index

21 . . . . .	State Budget 2009 Tax Amendments
--------------	-------------------------------------

## Index

41 . . . . .	Budget de l'Etat 2009 Modifications Fiscales
--------------	---





OE 2009

# Alterações Fiscais

A presente Informação Fiscal destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Informação Fiscal não pode ser reproduzida, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre o assunto contacte Dr. Rogério M. Fernandes Ferreira, Sócio de Capital e Responsável pela Área de Prática de Direito Fiscal em PLMJ - e.mail: rff@plmj.pt, tel: (351) 213 197 358; fax: (351) 213 197 514.

---

*Melhor Departamento Fiscal do Ano - INTERNATIONAL TAX REVIEW - TAX AWARDS 2006, 2008*

---







Foi publicada no passado dia 31 de Dezembro de 2008, a Lei n.º 64-A/2008, que aprovou o Orçamento do Estado para 2009.

Destacamos, em seguida, de forma necessariamente sucinta, as alterações mais relevantes que foram introduzidas no nosso ordenamento jurídico-tributário, com efeitos a 1 de Janeiro de 2009:

## IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS)

- |  |  |
|--|--|
| Rendimentos de trabalho dependente       | 1. Passam a excluir-se de tributação as importâncias suportadas pelas entidades patronais com a aquisição de passes sociais a favor dos seus trabalhadores, desde que a sua atribuição tenha carácter geral.   |
| Mais-valias imobiliárias                 | 2. É alargado, de 24 para 36 meses, o prazo de reinvestimento dos valores de realização, em caso de alienação de habitação própria e permanente, com vista à exclusão de tributação das mais e menos-valias e de, de 12 meses para 24 meses, o prazo durante o qual poderão ser reinvestidos, os valores de realização, no pagamento de aquisição de imóvel para habitação própria e permanente anteriormente efectuada. |
| Delimitação negativa da incidência       | 3. Clarifica-se que não estão sujeitas a imposto sobre as pensões e indemnizações devidas em consequência de lesão corporal, doença ou morte auferidas em resultado do cumprimento do serviço militar.   |
| Transparência fiscal                     | 4. É consagrada a sujeição a imposto, na esfera dos sócios de sociedades sujeitas ao regime da transparência fiscal, dos adiantamentos por conta de lucros de valor superior à matéria colectável imputada pela sociedade. Nesta situação, aos lucros imputados nos anos subsequentes, serão efectuados os ajustamentos necessários, com vista a eliminar uma eventual duplicação de tributação de rendimentos.          |
| Rendimentos empresariais e profissionais | 5. Afasta-se a possibilidade de tributação segundo as regras de tributação da categoria A (trabalho dependente) das prestações de serviços efectuadas por um sócio a uma sociedade abrangida pelo regime de transparência fiscal, tal como estipulado para a generalidade dos sujeitos passivos de categoria B que prestem serviços a uma única entidade.  |
| Rendimentos de capitais: Derivados       | 6. É revogada a norma do Código do IRS que equiparava a juros os ganhos decorrentes de operações de <i>swaps</i> cambiais, <i>swaps</i> de taxa de juro, <i>swaps</i> de taxa de juro e divisas e de operações cambiais a prazo.   |
| Dedução de perdas                        | 7. É consagrada a regra segundo a qual, nas situações em que a Administração Fiscal tenha de recorrer à utilização de métodos indirectos de determinação do rendimento, não haverá lugar à dedução do resultado negativo apurado em qualquer categoria de rendimentos, sem prejuízo da sua dedução nos anos seguintes, dentro do período legalmente previsto.  |

Não residentes

**8.** Estabelece-se, na sequência do processo instaurado pela Comissão Europeia contra o Estado Português por alegado tratamento fiscal discriminatório de prestadores de serviços não residentes, que um residente noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu pode solicitar a devolução do imposto retido na fonte sobre rendimentos decorrentes de determinadas prestações de serviços, na parte que exceda o imposto que seria devido por um residente português. A devolução do imposto retido e pago deverá ser requerida aos serviços competentes da Direcção-Geral dos Impostos, no prazo de dois anos contados do final do ano civil seguinte em que se verificou o facto tributário, e efectuada até ao 3.º mês seguinte ao da apresentação dos elementos e informações indispensáveis à apreciação do pedido.

**9.** É estabelecida a possibilidade de os sujeitos passivos residentes noutro Estado-Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu poderem optar pela tributação de acordo com as regras aplicáveis a sujeitos passivos residentes em território português, desde que 90% dos seus rendimentos derivem de trabalho dependente, empresarial ou profissional ou pensões obtidos em território português.

Deduções à colecta

**10.** Procede-se à actualização dos valores das deduções à colecta em percentagem variável entre 2.4% e 3.2%.

**11.** Substitui-se o abatimento das importâncias suportadas e não reembolsadas relativas a encargos com pensões de alimentos a que o sujeito passivo esteja obrigado por sentença judicial ou por acordo é substituído por uma dedução à colecta de apenas 20% das mesmas importâncias.

**12.** Clarifica-se que a dedução à colecta do sujeito passivo de 30% dos encargos com imóveis engloba também os encargos com imóveis situados no território de outro Estado membro ou no espaço económico europeu.

**13.** Consagra-se a possibilidade de dedução à colecta de 30% das importâncias despendidas com a aquisição de veículos sujeitos a matrícula, exclusivamente eléctricos ou movidos a energias renováveis não combustíveis, com o limite máximo de € 796.

**14.** É estendida, até 2011, a possibilidade de dedução à colecta de despesas com a aquisição de computadores para uso pessoal, esclarecendo-se, contudo, que tal benefício será apenas aplicável uma vez por cada membro do agregado familiar que frequente um nível de ensino.

Deficientes

**15.** Procede-se ao aumento da dedução à colecta aplicável aos sujeitos passivos com deficiência, de 3,5 para 4 vezes a remuneração mínima mensal, aumentando-se para o dobro (de 2 para 4 vezes a remuneração mínima mensal) a dedução à colecta relativa a despesas de acompanhamento, por cada sujeito passivo ou dependente, cujo grau de invalidez permanente seja igual ou superior a 90%.

**16.** É consagrada uma disposição transitória segundo a qual os rendimentos brutos das categorias A, B e H obtidos em 2009 por sujeitos

passivos com deficiência são considerados, para efeitos de IRS, apenas por 90%, na parte em que não exceda, por categoria de rendimentos, o valor de € 2.500.

#### Obrigações accessórias

**17.** Determina-se a extensão às entidades e profissionais com competência para autenticar documentos particulares (designadamente solicitadores e advogados) que titulem actos ou contratos sujeitos a registo predial da obrigação, anteriormente consagrada para os notários, conservadores e oficiais de justiça, de declarar à Administração tributária – até ao dia 10 de cada mês, preferencialmente por via electrónica – os actos por si praticados e as decisões transitadas em julgado dos processos a seu cargo que sejam susceptíveis de produzir rendimentos sujeitos a IRS.

#### Autorizações legislativas

**18.** É consagrada uma autorização legislativa ao Governo no sentido de criar um regime fiscal, em sede de IRS, para residentes não habituais. Este regime contemplará, entre outras medidas: a alteração do conceito de residência não habitual em Portugal, o não englobamento dos rendimentos líquidos da Categoria A auferidos em actividades de elevado valor acrescentado, com carácter científico, artístico ou técnico, bem como a opção pela aplicação do método da isenção relativamente aos rendimentos da Categoria B decorrentes das referidas actividades de elevado valor acrescentado.

---

## Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)

---

#### Isenções: instituições de segurança social

**19.** Procede-se ao alargamento da isenção de IRC de que beneficiam os fundos de capitalização administrados pelas instituições de segurança social aos rendimentos de capitais auferidos por estas instituições.

#### Provisões

**20.** Alarga-se às empresas do sector da eliminação de resíduos do regime de dedutibilidade das provisões para a recuperação paisagística e ambiental de terrenos e ambiental dos locais afectos à exploração, já estabelecido para o sector das indústrias extractivas. Esta alteração é acompanhada de um regime transitório para a dedução fiscal do saldo desta provisão a 31 de Dezembro de 2008.

#### Realizações de utilidade social

**21.** Determina-se a inclusão, no leque dos custos fiscalmente dedutíveis a título de realizações de utilidade social, dos encargos suportados com a aquisição de passes sociais em benefício da generalidade dos trabalhadores da empresa.

#### Contribuições para fundos de pensões

**22.** Consagra-se a regra segundo a qual as contribuições suplementares para fundos de pensões e equiparáveis destinadas à cobertura de responsabilidades com pensões que resultem da aplicação do novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pelo Instituto de Seguros de Portugal, não concorrem para os limites previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 40º do CIRC, sendo consideradas como custo de acordo com um plano de amortização de prestações uniformes anuais, por um período transitório de cinco anos, contado a partir do exercício de 2008.

## Taxas

**23.** Estabelece-se um regime de taxas progressivas, de dois escalões, aplicando-se a taxa de 12,5% aos primeiros Eur. 12.500 de matéria colectável, e de 25%, à matéria colectável que ultrapasse aquele valor.

Prevêem-se, contudo, medidas “anti-abuso” que determinam a aplicação da taxa de 25%, independentemente do valor da matéria colectável, quando:

- em consequência de uma operação de cisão ou outra operação de reorganização ou reestruturação empresarial efectuada, após 31 de Dezembro de 2008, uma ou mais sociedades envolvidas venham a apurar uma matéria colectável não superior a Eur. 12.500;
- o capital de uma entidade seja realizado, total ou parcialmente, através da transmissão dos elementos patrimoniais (incluindo activos incorpóreos) afectos ao exercício de uma actividade empresarial ou profissional por uma pessoa singular e, a actividade exercida por aquela entidade seja, substancialmente, idêntica à actividade que era anteriormente exercida a título individual.

**24.** Consagra-se a possibilidade de os sujeitos passivos abrangidos por taxas especiais ou reduzidas de IRC poderem optar pela aplicação das taxas gerais de imposto.

## Não residentes: devolução de imposto retido na fonte

**25.** Estabelece-se, também, em sede de IRC, um mecanismo de devolução, total ou parcial, do imposto retido e pago por sujeitos passivos residentes noutro Estado-Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu (neste último caso, desde que exista troca de informações em matéria fiscal), na parte em que esse imposto seja superior ao devido caso se tratassem de sujeitos passivos residentes em território português.

## Pagamentos por conta

**26.** Procede-se à alteração, para 70% e 90%, respectivamente, das percentagens a aplicar ao imposto liquidado no exercício anterior, para efeitos do cálculo do pagamento por conta do exercício, consoante o volume de negócios do exercício imediatamente anterior àquele em que se devam efectuar esses pagamentos seja igual ou inferior a Eur. 498.797,90. As referidas percentagens eram, até agora, de 75% e 85%, respectivamente.

## Pagamentos especiais por conta

**27.** É consagrada uma regra segundo a qual os pagamentos por conta efectuados no exercício anterior deixam de poder ser deduzidos no cálculo do pagamento especial por conta quando não tenham sido calculados nos termos legalmente estabelecidos.

## Declaração de substituição

**28.** Prevê-se que, em caso de decisão administrativa ou sentença superveniente, o prazo para entrega de declaração de substituição seja contado a partir da data em que o sujeito passivo tome conhecimento da decisão ou sentença, alargando-se, neste caso, o prazo de caducidade do direito à liquidação do imposto até ao termo do prazo para entrega de declaração de substituição, acrescido de um ano.

## Programas de facturação

**29.** Estabelece-se que os programas e equipamentos informáticos de facturação passem a ser previamente certificados pela DGCI

Regime  
simplificado:  
suspensão

**30.** É abolida a possibilidade de os sujeitos passivos poderem optar pela determinação do lucro tributável com base no regime simplificado, a partir de 1 de Janeiro de 2009, facultando-se aos sujeitos passivos que beneficiem actualmente desse regime, a opção por uma das seguintes alternativas:

- renunciar a esse regime simplificado, passando a estar abrangidos pelo regime geral de determinação do lucro tributável a partir do período de tributação que tenha início em 2009, inclusive, ou
- manterem-se no regime simplificado de determinação do lucro tributável até ao final do período de três exercícios ainda a decorrer.

Autorizações  
legislativas

**31.** É consagrada uma autorização legislativa ao Governo no sentido de alterar o Código do IRC e respectiva legislação complementar, com vista à adaptação das respectivas regras às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), bem como às novas regras contabilísticas decorrentes da adaptação dessas Normas, designadamente no sentido de:

- integrar estruturalmente no Código do IRC os regimes fiscais transitórios de adaptação das NIC ao sector bancário e segurador, bem como relativamente a fundos de pensões;
- prever que a determinação dos resultados relativos a contratos de construção se passe a efectuar de acordo com o método da percentagem de acabamento;
- estabelecer a dedutibilidade fiscal dos encargos com benefícios de curto prazo dos empregados e membros dos órgãos sociais no período de tributação em que estas devam ser contabilizadas, bem como a dedução dos gastos suportados com pagamentos com base em acções no período de tributação em que as opções ou direitos sejam exercidos ou as importâncias liquidadas;
- alterar o regime especial aplicável às fusões, cisões e entradas de activos, eliminando a exigência de que os valores patrimoniais transferidos sejam inscritos na contabilidade da sociedade beneficiária com os mesmos valores que tinham na contabilidade das sociedades fundidas, cindidas ou contribuidoras;
- excluir a dedução para efeitos fiscais das menos-valias realizadas em barcos de recreio, aeronaves, bem como viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, excepto quando aquelas correspondam ao valor fiscalmente depreciável;
- alargar o regime de reinvestimento às mais e menos-valias realizadas em activos fixos tangíveis, bem como em propriedades de investimento, nas condições actualmente estabelecidas para as mais e menos-valias realizadas em elementos do activo imobilizado corpóreo;
- permitir a dedutibilidade das provisões destinadas a cobrir encargos com garantias a clientes, bem como a dedução directa dos gastos ou perdas dos créditos incobráveis em resultado de um procedimento extrajudicial de conciliação para viabilização de empresas em situação de insolvência ou em situação económica difícil mediado pelo IAPMEI;
- excluir de tributação as variações patrimoniais decorrentes da emissão de produtos financeiros e incluir, no lucro tributável, os ganhos resultantes da aplicação do justo valor relativos aos instrumentos financeiros classificados como "activos ou passivos financeiros pelo justo valor por via dos resultados" e aos activos biológicos consumíveis;
- rever o regime de depreciações e amortizações para aceitação da

respectiva dedutibilidade sem exigência da sua contabilização como gasto do período;

- estabelecer um aumento para Eur. 1,000 do valor de aquisição de elementos de reduzido valor susceptíveis de amortização num só exercício, bem como o aumento do limite máximo depreciável das viaturas ligeiras de passageiros ou mistos para Eur. 40.000;
- eliminar a obrigação de diferimento por três exercícios das diferenças de câmbio desfavoráveis relativas ao imobilizado;
- criar de um regime simplificado de determinação do lucro tributável para sujeitos passivos de pequena dimensão.

### IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

#### Isenções

**32.** É consagrada uma isenção de IVA para a generalidade das transmissões gratuitas de bens efectuadas a instituições particulares de solidariedade social e a organizações não governamentais sem fins lucrativos, para posterior distribuição a pessoas carenciadas.

#### Rectificações do imposto: créditos de cobrança duvidosa

**33.** Procede-se à alteração do regime de recuperação do IVA nos créditos de cobrança duvidosa de montante superior a € 750,00 e inferior a € 8.000,00, no sentido de:

- clarificar que o IVA dedutível em razão de o devedor constar no registo informático das execuções como executado contra quem foi movido processo de execução, abranja não apenas a situação em que o processo foi entretanto suspenso, mas também a situação em que esse tenha sido extinto;
- estender a possibilidade de dedução do IVA quando os devedores sejam pessoas particulares ou sujeitos passivos isentos, que, no momento da dedução, integrem a lista de acesso público de execuções extintas com pagamento parcial ou por inexistência de bens penhoráveis, excepto nas situações em que aqueles já constassem de tal lista à data da realização da operação a que respeita esse IVA.

#### Taxa reduzida

**34.** Alarga-se a aplicação da taxa reduzida de IVA de 5%, entre outras, às seguintes prestações de serviços:

- empreitadas de bens imóveis em que sejam donos da obra empresas municipais, cujo objecto consista na reabilitação e gestão urbanas detidas integralmente por organismos públicos;
- empreitadas de reabilitação urbana quando realizadas no âmbito de operações de requalificação e reabilitação de reconhecido interesse público nacional.

#### Renúncia à isenção de iva (operações relativas a bens imóveis)

**35.** Procede-se à alteração do regime de renúncia à isenção de IVA no sentido de passar a admitir-se a renúncia à isenção aplicável à sublocação de bens imóveis, quando estes sejam destinados a fins industriais.

#### Venda de mercadorias isentas

**36.** Estabelece-se um valor mínimo de € 1.000 para as vendas de mercadorias efectuadas a exportadores nacionais, destinadas à exportação no mesmo estado, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 198/90, de 19 de Junho.

Autorizações  
legislativas

- 37.** É consagrada uma autorização legislativa ao Governo para a transposição, para o ordenamento jurídico interno:
- do artigo 2.º da Directiva n.º 2008/8/CE do Conselho, de 12 de Fevereiro de 2008, que altera a Directiva n.º 2006/112/CE do Conselho, de 28 de Novembro de 2006, que consagra a inversão da regra da tributação das prestações de serviços entre sujeitos passivos. De acordo com aquele, a regra, passará a ser o lugar onde ocorre o seu consumo efectivo, ou seja o lugar onde está estabelecido o destinatário do serviço, e não aquele onde está estabelecido o prestador de serviços; e
  - da Directiva n.º 2008/9/CE do Conselho, de 12 de Fevereiro de 2008, que vem alterar o regime de reembolso do IVA a sujeitos passivos não estabelecidos no Estado-membro de reembolso, mas estabelecidos noutra Estado-membro, no essencial, simplificando e desmaterializando o procedimento de reembolso, bem como assim alguns ajustamentos nos procedimentos de reembolso a sujeitos passivos estabelecidos fora da Comunidade.

## IMPOSTO DO SELO

Entradas de  
capital/  
operações de  
reestruturação

- 38.** Esclarece-se que não constituem actos de “entrada de capital”, não estando por conseguinte sujeitas a tributação em sede de imposto do selo, as seguintes operações de reestruturação:
- entrega por uma ou mais sociedades de capitais da totalidade do respectivo património ou de um ou vários ramos da sua actividade a uma ou mais sociedades de capitais em vias de constituição ou já constituídas;
  - aquisição por uma sociedade de capitais em vias de constituição ou já constituída de partes sociais representativas da maioria dos direitos de voto de outra sociedade de capitais, desde que as partes sociais adquiridas sejam remuneradas, pelo menos em parte, mediante títulos representativos do capital da primeira sociedade (vg operações de permuta de partes sociais).

## Isenções

- 39.** Alarga-se às transmissões efectuadas a favor de unidos de facto, a isenção prevista para as transmissões gratuitas efectuadas a favor de cônjuges.
- 40.** Proceder-se, em contrapartida, à limitação da isenção aplicável às transmissões gratuitas de bens imóveis efectuadas a favor dos cônjuges (e agora, também, aos unidos de factos), descendentes e ascendentes, às transmissões *mortis causa*, deixando de estar isentas do imposto as doações de bens daquela natureza, de que aqueles sejam beneficiários.

- 41.** Confere-se a qualidade de sujeito passivo do imposto, com as obrigações e responsabilidades daí resultantes, às pessoas singulares ou colectivas para quem se transmita o direito de propriedade ou de figuras parcelares desse direito sobre imóveis, designadamente deixando os notários de liquidar e pagar o imposto.

## Revogações

- 42.** São revogadas algumas das verbas previstas na actual Tabela Geral do Imposto do Selo, deixando conseqüentemente de ser tributados, entre outros, os seguintes actos e contratos: o comodato, o depósito civil, o registo de marcas e patentes, as operações aduaneiras, os títulos de dívida pública

emitidos por governos estrangeiros, os vales de correios e telegráficos e as operações de transferência de sede estatutária ou de direcção efectiva de uma sociedade, associação ou pessoa colectiva, de um Estado Membro para outro Estado Membro.

Autenticação de documentos

**43.** Passam a ser sujeitos a imposto os documentos particulares autenticados, quando essa forma seja admitida em alternativa à escritura pública, sendo considerados como sujeitos passivos daquele imposto as entidades ou profissionais que autenticarem tais documentos ou reconheçam as assinaturas neles apostas, excepto quando estejam em causa documentos relativos a crédito e garantias concedidos por instituições de crédito ou outras instituições financeiras.

Procurações

**44.** Procede-se à limitação da incidência do imposto sobre as procurações e outros instrumentos relativos à atribuição de poderes de representação voluntária às situações em que tais instrumentos sejam outorgados no interesse do procurador ou de terceiro.

Responsabilidade tributária

**45.** Procede-se ao alargamento da responsabilidade tributária solidária (com o sujeito passivo) pelo pagamento do imposto às pessoas ou entidades legalmente habilitadas a autenticar documentos (quando essa forma seja admitida em alternativa à escritura pública e não sejam essas pessoas o sujeito passivo), bem como às pessoas e entidades que intervierem nos actos, contratos e operações ou receberem ou utilizarem livros, papéis e outros documentos, deixando de se exigir, em qualquer dos casos, o dolo na colaboração na não liquidação do imposto.

---

### IMPOSTOS ESPECIAIS DE CONSUMO (IEC)

---

Notificação prévia

**46.** Em cumprimento das recomendações comunitárias, é eliminada a obrigatoriedade do Documento Administrativo de Acompanhamento (DAA) ser transmitido para as Alfândegas com uma antecedência mínima de seis horas úteis, relativamente à hora de expedição, corrigindo-se, assim, uma situação altamente gravosa para as empresas portuguesas exportadoras, especialmente para aquelas que actuam na área das bebidas alcoólicas.

**47.** Dando, ainda, cumprimento a recomendações comunitárias, foram também eliminados os limites mínimos das garantias exigidas, quer na detenção (depositários autorizados), quer na recepção (Operadores Registos e Representantes Fiscais).

Imposto sobre o álcool e as bebidas alcoólicas

**48.** É alterada o conceito de “pequenas cervejeiras” – cuja tributação é feita com uma taxa do imposto inferior em 50% à taxa normal - com vista a contemplar uma produção máxima de 300.000 hl na Região Autónoma da Madeira (anteriormente era de 200.000 hl), desde que pelo menos 100.000 hl sejam consumidos na região.

Imposto sobre o tabaco

**49.** Com vista a reduzir as quantidades de tabaco adquiridas por particulares em Espanha, país onde a tributação é mais reduzida, são

introduzidas “restrições” às quantidades máximas de tabaco que cada particular pode deter, tendo, ainda, sido considerado que na circulação do produto em automóvel particular as quantidades máximas se aplicam à viatura e não a cada um dos seus ocupantes.

Imposto sobre os produtos petrolíferos

**50.** No contexto das preocupações ambientais e das necessidades de captação receitas para o Fundo do Carbono, é previsto o aumento da tributação do gasóleo de aquecimento, a concretizar através de Portaria, podendo a tributação vir a atingir os € 220/1000 litros.

Note-se que o previsto aumento da tributação do gasóleo de aquecimento poderá vir a provocar distorções no consumo, conduzindo, por um lado, à utilização (ilegal) em caldeiras de aquecimento do gasóleo agrícola - que é tributado a taxas inferiores - e, por outro, provocando desvios de comércio para Espanha onde os dois gasóleos (aquecimento e agrícola) têm tributações muito inferiores às portuguesas.

Imposto sobre veículos

**51.** É diferida para 1 de Janeiro de 2010 a programada tributação pela tabela A – que incorpora como elementos de tributação a cilindrada e o CO2 – de todos os veículos automóveis.

**52.** Proceder-se (pela segunda vez, em apenas ano e meio), à alteração dos escalões do componente CO2 das taxas do ISV, daí resultando, em especial, um agravamento da tributação dos veículos a gasóleo que os meios empresariais respectivos computam em mais de 12%, tendo presente a estrutura das vendas até agora registada. Para este agravamento contribui, também, o facto de serem penalizados fiscalmente em 250 euros por unidade os veículos a gasóleo cujas emissões de partículas sejam iguais ou superiores a 0,005 g/km (aqueles que não estão equipados com filtro de partículas), ao mesmo tempo que desaparece o benefício fiscal de 500 euros por unidade que era atribuído aos veículos que tinham emissões de partículas inferiores aquele valor.

**53.** É excluída a aplicação da redução de 50% da taxa do ISV aos veículos automóveis híbridos alimentados com um carburante clássico (gasolina ou gasóleo) e com um carburante gasoso (gás de petróleo liquefeito ou gás natural) cessando, também, a isenção completa do ISV aplicável aos referidos veículos quando afectos ao serviço de táxi (aluguer com condutor).

**54.** É agravada (em moldes de duvidosa conformação com o direito comunitário) a tributação dos veículos usados “importados” da CEE, através da eliminação, na tabela de reduções do imposto (tabela D), do primeiro e dos 5 últimos escalões e pela desaplicação da tabela de reduções ao componente de tributação CO2, que passa a ser devido na totalidade sob a designação de “custo de impacto ambiental”.

**55.** Dando cumprimento a recomendações comunitárias, é uniformizado, em 2 anos (era, respectivamente, de 3 anos e de 6 meses), o prazo de detenção de veículos automóveis em suspensão do ISV por operadores registados e por operadores reconhecidos.

**56.** Estabelece-se que a redução em 50% da taxa do ISV de que beneficia actualmente a actividade de “rent-a-car”, passa a depender do facto de as emissões do CO2 das viaturas serem iguais ou inferiores a 140 g/km, (eram de 160 g/km).

**57.** Estabelece-se ainda que o apoio fiscal aos veículos em fim de vida – que se mantém até 31 de Dezembro de 2009 - fica subordinado à aquisição de uma viatura nova com um nível de emissões de CO2 igual ou inferior a 140 g/km.

---

### IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO (IUC)

---

#### Taxas

**58.** São agravadas em cerca de 5% as taxas aplicadas aos veículos de mercadorias de uso não profissional.

**59.** É criado um adicional, progressivo, à taxa do imposto aplicável aos veículos automóveis de passageiros ligeiros e mistos incluídos na categoria B (os matriculados depois de 1 de Julho de 2007), em função do ano da matrícula, o qual determina um agravamento de 10% na tributação dos veículos matriculados em 2009.

---

### IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI)

---

#### Conceito de prédios urbanos

**60.** Procede-se ao alargamento do conceito de terrenos para construção no sentido de se passar a incluir naquele os terrenos, situados dentro ou fora de um aglomerado urbano, relativamente aos quais seja admitida comunicação prévia ou emitida informação prévia favorável de operação de loteamento ou de construção (para além daqueles relativamente aos quais tenha apenas sido concedida licença ou autorização para o mesmo efeito, como acontecia até 2008).

#### Avaliação dos imóveis

**61.** Estabelece-se que a avaliação dos prédios urbanos passa a reportar-se à data do pedido de inscrição ou da actualização do prédio na matriz, e não apenas à data da respectiva inscrição, como se previa até agora.

#### Cadernetas prediais

**62.** Determina-se que, nos prédios ampliados, a aplicação dos coeficientes de vetustez seja efectuada atendendo à idade de cada parte do prédio.

**63.** Estabelece-se a possibilidade de a comissão de revisão, em segunda avaliação, poder fixar um novo valor patrimonial tributário que releve, apenas, para efeitos de IRS, IRC e IMT, quando o valor patrimonial tributário determinado por aplicação dos critérios legais se apresente distorcido relativamente ao valor normal de mercado. Para esse efeito deverá entender-se que o valor patrimonial tributário é considerado distorcido quando seja superior em mais de 15 % do valor normal de mercado, ou quando o prédio apresente características valorativas que o diferenciam do padrão normal para a zona, e o valor patrimonial tributário seja inferior em mais de 15 % do valor normal de mercado do imóvel.

**64.** É estendida aos oficiais dos registos e às entidades profissionais com competência para autenticar documentos particulares que titulem actos ou contratos sujeitos a registo predial a possibilidade de obter por via electrónica a caderneta predial e a declaração Modelo 1 do IMI.

Taxas: prédios em ruínas

**65.** Estabelece-se a elevação para o triplo das taxas de IMI aplicáveis aos prédios em ruínas. A identificação dos prédios ou fracções autónomas em ruínas compete às câmaras municipais e deve ser comunicada à Direcção-Geral dos Impostos até 30 de Novembro.

---

### IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS (IMT)

---

Avaliação: primeiras transmissões gratuitas

**66.** É afastada a obrigatoriedade de avaliação dos imóveis já inscritos na matriz, nas transmissões gratuitas por morte, quando os beneficiários daquelas sejam o cônjuge, descendentes ou ascendentes.

Exclusão de incidência: partilha

**67.** Passa a excluir-se da incidência do IMT o excesso da quota-parte atribuído a um dos cônjuges em resultado de acto de partilha por efeito de dissolução do casamento, quando este não tenha sido celebrado sob o regime de separação de bens.I

Isenções

**68.** É aumentado para € 89.700 o valor até ao qual se encontram isentas de imposto as aquisições de prédios urbanos ou de fracção autónoma de prédios urbanos destinados exclusivamente a habitação própria e permanente.

Modelo1

**69.** É consagrada a possibilidade de entrega da Declaração Modelo 1, por meios electrónicos (via *internet*), esclarecendo-se ainda que a entrega da referida declaração não é dispensada nas situações de isenção.

Obrigações de cooperação

**70.** Estende-se às entidades e profissionais com competência para autenticar documentos particulares que titulem actos ou contratos sujeitos a registo predial a proibição de proceder à autenticação daqueles documentos ou ao reconhecimento de assinaturas nos contratos-promessa ou contratos de cessão de posição contratual em contratos-promessa, quando da respectiva celebração resulte a incidência de IMT, sem que seja apresentada a declaração Modelo 1 de IMI, acompanhada do correspondente comprovativo da cobrança.

**71.** Estabelece-se a responsabilidade solidária, com o sujeito passivo, pelo pagamento do imposto, dos notários que celebrem escrituras públicas e das pessoas que intervierem nos documentos particulares autenticados, ou por qualquer outro título, quando essa forma seja admitida em alternativa à escritura pública, sempre que estes tenham colaborado na falta de liquidação ou arrecadação do imposto ou, na data daquela intervenção, recepção ou utilização, não tenham exigido o documento comprovativo do pagamento ou da isenção.

## BENEFÍCIOS FISCAIS

Transporte de passageiros e mercadorias

**72.** Institui-se, no seguimento de compromissos assumidos perante Associações do sector, um conjunto de medidas de apoio ao transporte público de passageiros e de mercadorias, aplicáveis durante o exercício de 2009 (e não até 31 de Dezembro de 2012, conforme constava da Proposta inicial de OE/2009), entre as quais se destacam:

- a isenção de IRC da diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias resultantes da transmissão onerosa de certos veículos de mercadorias (adquiridos e com matrícula anterior a 1 Julho de 2008) e de veículos afectos ao transporte público de passageiros ou ao transporte em táxi, desde que a totalidade do valor de realização seja reinvestido - no próprio exercício ou nos dois seguintes - na aquisição de veículos idênticos, e que permaneçam no activo da empresa por pelo menos cinco anos;
- a majoração, em 20%, para efeitos de determinação do lucro tributável do IRC, dos custos suportados com a aquisição, em território português, de combustíveis para abastecimento de veículos que preenchem certos requisitos e que estejam afectos ao transporte rodoviário de mercadorias, transporte público de passageiros ou ao transporte em táxi.

Reabilitação urbana

**73.** É aprovado um conjunto de medidas fiscais de incentivo à reabilitação urbana, em substituição do Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana introduzido pela Lei do Orçamento do Estado para 2008 (que se pretende seja revogado) que tenham por objecto prédios urbanos arrendados passíveis de actualização faseada das rendas nos termos do NRAU ou prédios urbanos localizados em «áreas de reabilitação urbana», assente nos seguintes benefícios:

- manutenção da generalidade dos benefícios concedidos pelo Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana, nomeadamente a concessão de isenção de IRC aos rendimentos, de qualquer natureza, obtidos por fundos de investimento imobiliário, constituídos entre 1 de Janeiro de 2008 e 31 de Dezembro de 2012, cujos activos sejam constituídos, pelo menos em 75%, por bens imóveis sujeitos a acções de reabilitação realizadas nas áreas de reabilitação urbana, ficando os rendimentos dos titulares das unidades de participação (UP) nos fundos sujeitos ao seguinte regime:
  - i. sujeição a retenção na fonte de IRS ou IRC, à taxa de 10%, dos rendimentos pagos ou colocados à disposição pelo fundo, por distribuição ou mediante resgate (retenção na fonte com carácter definitivo quando auferidas por entidades não residentes sem estabelecimento estável em Portugal ou sujeitos passivos de IRS residentes que obtenham os rendimentos fora do âmbito de uma actividade comercial, industrial ou agrícola, podendo estes, porém, optar pelo englobamento), excepto se os titulares forem entidades isentas relativamente a rendimentos de capitais ou entidades não residentes sem estabelecimento estável em território português ao qual os rendimentos sejam imputáveis, excluindo entidades residentes em território sujeito a regime fiscal claramente mais favorável, ou entidades detidas, directa ou indirectamente, em mais de 25%, por entidades residentes;

- ii. possibilidade de dedução de 50% dos rendimentos relativos a dividendos, pelos titulares que optem por englobar os rendimentos distribuídos, por aplicação do regime de eliminação da dupla tributação económica; e
- iii. tributação, à taxa de 10%, do saldo positivo entre as mais e as menos-valias resultantes da alienação de UP quando os titulares sejam entidades não residentes a que não seja aplicável a isenção prevista no artigo 26.º do EBF ou sujeitos passivos de IRS residentes em território português que obtenham os rendimentos fora do âmbito de uma actividade comercial, industrial ou agrícola e não optem pelo respectivo englobamento.
- tributação autónoma à taxa de 5% das mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português quando sejam inteiramente decorrentes da alienação de imóveis situados em «área de reabilitação urbana», recuperados nos termos das respectivas estratégias de reabilitação, sem prejuízo da opção pelo englobamento;
  - tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português quando sejam inteiramente decorrentes do arrendamento de Imóveis situados em «área de reabilitação urbana», recuperados nos termos das respectivas estratégias de reabilitação ou imóveis arrendados passíveis de actualização faseada das rendas nos termos do NRAU, que sejam objecto de acções de reabilitação, - sem prejuízo da opção pelo englobamento;
  - dedução à colecta, em sede de IRS, de 30% dos encargos suportados pelo proprietário, até ao limite de € 500, relacionados com a reabilitação de imóveis, localizados em «áreas de reabilitação urbana» e recuperados nos termos das respectivas estratégias de reabilitação ou de imóveis arrendados passíveis de actualização faseada das rendas nos termos do NRAU, que sejam objecto de acções de reabilitação;
  - isenção de IMI para prédios urbanos objecto de acções de reabilitação que pode chegar a 10 anos (5 anos renováveis por igual período de 5 anos) e isenção de IMT na primeira transmissão onerosa de prédio urbano ou de fracção autónoma de prédio urbano reabilitado, localizado na «área de reabilitação urbana», e destinado exclusivamente a habitação própria e permanente. Estas isenções estão, no entanto, dependentes de deliberação da assembleia municipal.

São elegíveis para efeitos da aplicação deste benefício as acções de reabilitação que sejam iniciadas após 1 de Janeiro de 2008 e se encontrem concluídas até 31 de Dezembro de 2020.

Donativos:  
luta contra a  
pobreza

**74.** É introduzida uma norma transitória, no sentido de aumentar de 8/1000 do volume de vendas ou dos serviços prestados para 12/1000 do volume de vendas ou dos serviços prestados, durante o ano de 2009, o limite dos custos ou perdas do exercício relativos a donativos atribuídos no âmbito do artigo 62.º do EBF e direccionados para iniciativas de luta contra a pobreza, desde que a entidade destinatária dos donativos seja previamente objecto de reconhecimento por despacho do Ministro das Finanças.

**75.** É aprovado um regime especial, para vigorar até 31 de Dezembro de 2020, aplicável aos Fundos de Investimento Imobiliário para Arrendamento Habitacional (FIIAH) e às Sociedades de Investimento Imobiliário para

Arrendamento Habitacional (SIIAH) constituídos entre 1 de Janeiro de 2009 e 31 de Dezembro de 2013 (inicialmente, tinha sido prevista a constituição destas entidades entre 1 de Janeiro de 2009 e 31 de Dezembro de 2014) e aos imóveis por estes adquiridos no mesmo período, consubstanciando nos seguintes benefícios fiscais:

- isenção de IRC dos rendimentos de qualquer natureza;
- isenção de IRS e IRC dos rendimentos respeitantes a unidades de participação e acções, excluindo o saldo positivo entre as mais-valias e as menos-valias resultantes da alienação, pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares, quer seja por distribuição ou reembolso;
- isenção de IRS relativamente às mais-valias resultantes da transmissão, a favor dos FIIAH e SIIAH, de imóveis destinados à habitação própria e que ocorra por força da conversão do direito de propriedade desses imóveis num direito de arrendamento, e dedução à colecta, dentro de certos limites, das importâncias suportadas pelos arrendatários dos imóveis em resultado da conversão do direito de propriedade num direito de arrendamento. Relativamente a este aspecto, a Lei final do OE para 2009 veio precisar que as referidas mais-valias passam a ser tributadas, nos termos gerais, caso o sujeito passivo cesse o contrato de arrendamento ou não exerça o direito de opção, suspendendo-se os prazos de caducidade e prescrição para efeitos de liquidação e cobrança do IRS até ao final da relação contratual;
- isenção de IMI relativamente aos prédios urbanos destinados ao arrendamento para habitação permanente que integrem o património dos FIIAH e SIIAH, e enquanto se mantiverem no património destes;
- isenção de IMT na aquisição de prédios urbanos ou de fracções autónomas de prédios urbanos destinados exclusivamente a arrendamento para habitação;
- isenção de IMT na aquisição para habitação própria e permanente em resultado do exercício da opção de compra pelos arrendatários dos imóveis que integram o património dos FIIAH e SIIAH;
- isenção de Imposto do Selo em todos os actos praticados, desde que conexos com a transmissão dos prédios urbanos destinados a habitação permanente que ocorra por força da conversão do direito de propriedade desses imóveis num direito de arrendamento sobre os mesmos, bem como com o exercício da opção de compra de compra desses mesmos imóveis;
- isenção de taxas de supervisão para as entidades gestoras de FIIAH, no que respeita exclusivamente à gestão de fundos desta natureza.

Dando cumprimento ao previsto na Lei do OE/2009, foi publicada também uma Portaria (n.º 1553-A/2008, de 31 de Dezembro), que concretiza os termos e os critérios que a que estão sujeitos a transmissão dos imóveis ao fundo, a determinação do valor da renda, a actualização do preço do imóvel e o direito de opção de compra. Assim, o preço de aquisição dos imóveis será o acordado entre as partes, não podendo, no entanto, sê-lo por valor superior ao resultante da avaliação realizada por peritos avaliadores. O valor da renda é fixado entre as partes sendo susceptível de actualização anual de acordo com os coeficientes de actualização previstos na lei. Relativamente ao exercício do direito de opção de compra pelo arrendatário, este pode ser exercido em qualquer momento, e terá por base o valor da alienação do imóvel ao FIIAH (passível de actualização de acordo com a variação do índice harmonizado

de preços no consumidor), acrescido - no caso de a opção ser exercida nos dois anos imediatamente subsequentes à alienação do imóvel ao FIIAH - dos encargos (v.g. custos de avaliação, transmissão e de registo do automóvel) suportados pelo FIIAH. Caso o arrendatário não pretenda exercer a opção de compra sobre o imóvel, tem direito a receber o valor correspondente à diferença entre o valor da alienação futura do imóvel a terceiros e o valor de transmissão actualizado desse mesmo imóvel ao FIIAH, deduzida das importâncias relativas aos custos de colocação do imóvel no mercado em condições normais de utilização e eventuais rendas vencidas e não pagas. Adicionalmente, em caso de cessação antecipada do contrato de arrendamento, é, adicionalmente, deduzido o valor das rendas relativas ao período entre o momento da cessação antecipada do contrato e o momento da alienação do imóvel a terceiro (com limite das rendas devidas até ao termo do contrato de arrendamento).

Os FIIAH, cuja constituição, funcionamento e comercialização das respectivas unidades de participação dos FIIAH se regerá pelo disposto no Regime Jurídico dos Fundos de Investimento Imobiliário, ficam ainda sujeitos a um conjunto de regras específicas, como o sejam:

- a obrigatoriedade de constituição sob a forma de fundos fechados de subscrição pública ou de subscrição particular (esta forma de subscrição não constava da inicial versão da Proposta de Lei do OE para 2009, tendo sido introduzida na versão final da Lei do OE/2009, flexibilizando e, desta forma, garantindo provavelmente uma maior adesão a estes veículos de investimento);
- a obrigatoriedade de, após o primeiro ano de actividade, o valor do activo total do FIIAH atingir o montante mínimo de € 10 milhões e quando constituído com o recurso a subscrição pública, ter, pelo menos, 100 participantes, cuja participação individual não pode exceder 20% do valor do activo total do fundo, sob pena de suspensão imediata e automática do direito à distribuição de rendimentos do FIIAH no valor da participação que exceda aquele limite;
- a obrigatoriedade de o activo total dos FIIAH ser composto em, pelo menos, 75% por imóveis, situados em Portugal, destinados a arrendamento para habitação permanente;
- possibilidade de os mutuários de contratos de crédito à habitação, que alienem o imóvel objecto do contrato a um FIIAH, celebrarem com a entidade gestora do fundo um contrato de arrendamento e ter direito de opção de compra do imóvel ao fundo, susceptível de ser exercido até 31 de Dezembro de 2020.

Investimentos  
de natureza  
contratual

**76.** Concede-se uma autorização legislativa ao Governo para alterar o regime dos benefícios fiscais ao investimento de natureza contratual previsto no art. 41.º do EBF e a respectiva regulamentação vigente no sentido de, entre outras alterações:

- alargar o seu prazo de vigência até 31 de Dezembro de 2020;
- elevar o montante mínimo de aplicações relevantes para a elegibilidade dos projectos;
- redefinir as condições de acesso e de apreciação de candidaturas exigindo-se que os projectos sejam avaliados designadamente quanto ao seu efeito estruturante na economia, quanto à criação, manutenção e

- qualificação de postos de trabalho, quanto ao seu contributo para a inovação tecnológica e investigação científica nacional;
- acolher as novas disposições comunitárias em matéria de auxílios de Estado;
- rever e integrar um regime de incentivo à investigação e desenvolvimento.

## LEI GERAL TRIBUTÁRIA

Princípio da  
colaboração

**77.** É reduzido, para 30 dias, o prazo (actualmente fixado em seis meses) para publicação das orientações genéricas sobre a interpretação e aplicação das normas tributárias, prevendo-se igualmente a respectiva publicação por meios electrónicos.

**78.** Determina-se que a Administração tributária deve proceder à conversão das informações vinculativas, ou outro tipo de informações prestadas aos contribuintes, em circulares administrativas, quando tenha sido colocada questão de direito relevante e esta tenha sido apreciada no mesmo sentido em três pedidos de informação ou seja previsível que o venha a ser.

**79.** Prevê-se a disponibilização, por parte da Administração tributária da versão electrónica dos códigos e demais legislação tributária actualizada.

**80.** As instituições de crédito e sociedades financeiras ficam também sujeitas a mecanismos de informação automática relativamente à abertura ou manutenção de contas por contribuintes cuja situação tributária não se encontre regularizada, e inseridos em sectores de risco.

Sigilo bancário

**81.** É aditado, ao leque de situação de acesso directo, isto é, sem prévio consentimento do titular, às informações ou documentos bancários, quando exista uma divergência de, pelo menos um terço entre os rendimentos declarados e o acréscimo de património ou o consumo evidenciados pelo sujeito passivo no mesmo período de tributação ou os rendimentos declarados em sede de IRS se afastarem significativamente, para menos, sem razão justificada, dos padrões de rendimento que razoavelmente possam permitir as manifestações de riqueza evidenciadas pelo sujeito passivo. Nesta situação as instituições de crédito e sociedades financeiras devem, inclusivamente, fornecer à administração os dados relativos ao fluxo de pagamentos com cartões de crédito e de débito.

Informações  
Vinculativas

**82.** É consagrado um prazo máximo de 90 dias para a emissão de informações vinculativas, estabelecendo-se que o incumprimento deste prazo limita a responsabilidade do contribuinte à dívida do imposto, não podendo ser exigidas coimas, juros e outros acréscimos legais.

**83.** Determina-se ainda que, mediante solicitação justificada do requerente, a informação vinculativa possa ser prestada com carácter de urgência, no prazo de 60 dias, desde que o pedido seja acompanhado de uma proposta de enquadramento tributário, a qual será considerada como tacitamente sancionada pela Administração tributária se o pedido não for respondido naquele prazo.

A prestação urgente de informação vinculativa nos termos referidos será sujeita a uma taxa a fixar entre 25 a 100 unidades de conta, em função da complexidade da matéria, ou seja entre € 2.400,00 (dois mil e quatrocentos euros) e € 9.600,00 (nove mil e seiscentos euros).

**84.** À semelhança do regime previsto para as orientações genéricas prevê-se a publicação, no prazo de 30 dias por meios electrónicos, de todas as informações vinculativas prestadas, incluindo as urgentes, salvaguardando-se os elementos de natureza pessoal do contribuinte.

---

## PROCEDIMENTO E PROCESSO TRIBUTÁRIO

---

Informações  
vinculativas

**85.** Estabelece-se que a notificação aos interessados da resposta ao pedido de informação vinculativa inclua obrigatoriamente a informação ou parecer em que a administração tributária se baseou para a sua prestação.

Normas  
anti-abuso

**86.** Reduz-se para 90 dias o prazo (actualmente de seis meses) a partir do qual se determina a inaplicabilidade das disposições antiabuso quando o contribuinte tenha solicitado à Administração tributária informação vinculativa sobre os factos que a tiverem fundamentado e a Administração tributária não responda.

Procedimento de  
correção de  
erros de  
administração

**87.** É consagrado um novo procedimento de correcção de erros da Administração tributária, com vista à reparação, por meios simplificados, de erros materiais ou manifestos da Administração tributária, ocorridos no procedimento tributário ou no processo de execução fiscal, considerando-se erros materiais ou manifestos, designadamente os que resultarem do funcionamento anómalo dos sistemas informáticos da administração tributária, bem como as situações inequívocas de erro de cálculo, de escrita, de inexactidão ou lapso.

Este novo procedimento que deve ser solicitado no prazo de 10 dias a contar do conhecimento do acto lesivo, perante o dirigente máximo da Administração tributária, deve ser decidido no prazo máximo de 15 dias.

Sendo caracterizado pela dispensa de formalidades essenciais como a audiência prévia, a instauração deste procedimento não prejudica o decurso dos demais prazos de reacção, nem a utilização, no prazo legal, dos meios procedimentais ou processuais que tenham por objecto a ilegalidade da liquidação ou a exigibilidade da dívida.

Garantias

**88.** Determina-se que no cálculo do valor das garantias os juros de mora passem a ser contados até à data do pedido, sendo calculados pelo prazo de cinco anos.

---

## INFRACÇÕES TRIBUTÁRIAS

---

Concurso  
de contra-  
ordenações

**89.** Passa a estipular-se, expressamente, que a prática de várias contra-ordenações é punida com uma coima cujo limite máximo resulta da soma

das coimas concretamente aplicadas às infracções em concurso, não podendo esta coima exceder o dobro do limite máximo mais elevado das contra-ordenações em concurso, nem ser inferior à mais elevada das coimas concretamente aplicadas às várias contra-ordenações.

Abuso de confiança fiscal

**90.** Estabelece-se que só é punível criminalmente, como abuso de confiança fiscal, a não entrega, total ou parcial, à Administração tributária de prestação tributária de valor superior a € 7 500, que tenha sido deduzida nos termos da lei e que estava legalmente obrigado a entregar.

Introdução irregular no consumo

**91.** Determina-se que constitui ilícito contra-ordenacional não só o desvio dos produtos tributáveis do fim pressuposto no regime fiscal que lhe é aplicável mas também a sua utilização em equipamentos não autorizados.

Falta de entrega da prestação tributária

**92.** Prevê-se a punibilidade, como ilícito contra-ordenacional, a falta de entrega, total ou parcial, ao credor tributário do imposto devido que tenha sido liquidado ou que devesse ter sido liquidado em factura ou documento equivalente.

**93.** É punível ainda, como ilícito contra-ordenacional, a introdução no consumo, a detenção ou comercialização de produtos com violação das regras de selagem, embalagem, detenção ou comercialização, designadamente os limites quantitativos, estabelecidas pelo Código dos Impostos Especiais sobre o Consumo e em legislação complementar.

---

## OUTRAS MEDIDAS COM RELEVÂNCIA TRIBUTÁRIA

---

Execução de dívidas à segurança social

**94.** Procede-se à alteração do regime aplicável à execução de dívidas à Segurança Social – estabelecido no Decreto-Lei n.º 42/2001, de 9 de Fevereiro – mediante a introdução de algumas especialidades no que toca aos pagamentos em prestações e por conta, designadamente no sentido de:

- admitir a possibilidade de ser autorizado o pagamento em prestações pelos sujeitos passivos singulares, em caso de impossibilidade do pagamento integral imediato da dívida exequenda, com causa na situação económica do executado, nas seguintes modalidades:
  - a) até 96 prestações mensais, quando a dívida exequenda exceda 500 unidades de conta no momento da autorização, e desde que o executado preste garantia idónea ou demonstre notória dificuldade financeira e previsíveis consequências económicas;
  - b) até 60 prestações mensais, quando a dívida exequenda exceda 50 UC no momento da autorização; e
  - c) até 36 prestações mensais, nos demais casos.
- prever a possibilidade de se efectuarem, por conta do pagamento da dívida, entregas de qualquer montante.

Constituição de garantias

**95.** Mantém-se para 2009 a isenção de Imposto do Selo na constituição de garantias a favor do Estado ou da Segurança Social, no âmbito de planos de pagamento em prestações de dívidas fiscais, designadamente, ao abrigo do disposto no artigo 196º do Código de Procedimento e de Processo Tributário e do Plano Mateus (Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto).

## AUTORIZAÇÕES LEGISLATIVAS

Produtos  
financeiros

**96.** Consagra-se uma autorização legislativa ao Governo para que este altere o Código do IRS e o Estatuto dos Benefícios Fiscais, no sentido de garantir a neutralidade fiscal no tratamento dos produtos financeiros de carácter mutualista, nas áreas da previdência, protecção e poupança, face aos produtos de seguros e fundos de pensões.

Prémios de  
jogo

**97.** Prevê-se, ainda, uma autorização para que o Governo legisle em matéria de tributação da actividade e dos rendimentos do jogo, designadamente no sentido de alargar o regime de substituição tributária aos intermediários financeiros nacionais que intervenham em operações que envolvam a remessa de receitas de operadores de jogo para fora do território nacional, bem como de rever o regime da tributação em Imposto do Selo, por aplicação de uma taxa de até 10%, dos sujeitos passivos que auferam prémios ou adquiram apostas dos jogos sociais do Estado, explorados pela Santa Casa da Misericórdia.

Tribunais  
tributários

**98.** Consagra-se, por fim, uma autorização legislativa para o Governo, no prazo de 180 dias, alterar o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, de modo a prever a possibilidade de desdobramento dos Tribunais Tributários em juízos de grande, média e pequena instância, em função do valor das acções e da matéria.





# State Budget 2009

## Tax Amendments

This Information is intended for general distribution to clients and colleagues and the information contained herein is provided as a general and abstract overview. It should not be used as a basis on which to make decisions and professional legal advice should be sought for specific cases. The contents of this Information Bulletin may not be reproduced, in whole or in part, without the express consent of the author. If you should require further information on this topic, please contact Dr. Rogério M. Fernandes Ferreira, Equity Partner and Head of the Tax Practise Area at PLMJ - e.mail: [rff@plmj.pt](mailto:rff@plmj.pt), tel: (351) 213 197 358; fax: (351) 213 197 514.

---

*Best Portuguese Tax Firm* - INTERNATIONAL TAX REVIEW - TAX AWARDS 2006, 2008

---







Law 64-A/2008, which enacted the State Budget for the year 2009, was published on 31 December 2008. We will take a necessarily brief look at the most significant amendments it has made, in tax terms, to our legal order Law.

---

## PERSONAL INCOME TAX (IRS)

---

Employment income	<p><b>1.</b> The amounts paid by employers for the acquisition of travel passes for their workers will be excluded from taxation provided that such payments are general in naturem.</p>
Capital gains on property	<p><b>2.</b> The period for reinvesting the proceeds from the sale or transfer of a main permanent dwelling has been extended from 24 to 36 months, with a view to excluding tax on capital gains and losses.</p> <p>The period during which the proceeds may be reinvested in paying for a main permanent dwelling that has already been acquired will be increased from 12 to 24 months.</p> <p>The amendment to the reinvestment period applies to situations where the 12 or 24 month period is still running or will end in 2009.</p>
Zero taxation	<p><b>3.</b> Pensions and compensation payments due as a result of bodily injury, illness or death occurring during the course of military service will not be liable to IRS.</p>
Tax transparency	<p><b>4.</b> Directors of companies subject to a tax transparency regime will be liable for tax on any advance on profits of an amount greater than the taxable income declared by the company. In such a situation, the necessary adjustments will be made to the profits declared in subsequent years, with a view to avoiding any double taxation of income.</p>
Business and professional income	<p><b>5.</b> The possibility of the services provided by a director to a company falling within the tax transparency regime being taxed according to Category A (employment) income rules will be excluded, just as stipulated for Category B taxpayers in general who provide services to a single entity.</p>
Capital income: derivatives	<p><b>6.</b> The IRS Code provision that equated to interest any gains deriving from exchange rate swaps, interest rate and currency swaps and fixed term foreign exchange transactions has been repealed.</p>
Deduction of losses	<p><b>7.</b> A provision is included that in situations where the tax authorities have to resort to the use of indirect methods to determine income levels, no negative result deduction will be computed in any category of income, but this will not have any adverse effect on the deduction thereof in following years within the legally prescribed period.</p>
Non-residents	<p><b>8.</b> In the wake of the proceedings instigated by the European Commission</p>

against the Portuguese State for alleged discriminatory treatment of non-resident service providers, it has been established that a resident in another European Union or European Economic Area Member State may apply for the return of the tax withheld on income deriving from certain service provisions of the amount over and above the tax that would be owed by a Portuguese resident. The refund of the withheld tax must be requested from the competent department of the Directorate General of Taxation within two years of the end of the calendar year in which the chargeable event took place and be carried out by the third month after the submission of the information and details necessary to assess the request.

**9.** Taxpayers resident in other Member States of the European Union or the European Economic Area may opt to be taxed according to the rules that apply to taxpayers resident in Portugal, provided that 90% of their income derives from employment, business or professional income, or pensions obtained in Portugal.

Deductible expenses

**10.** The variable percentage figures for deductible expenses will be increased by between 2.4% and 3.2%.

**11.** The deduction of the amounts paid and unreimbursed in respect of maintenance payments which the taxpayer is obliged to make by court order or by agreement has been replaced by a deductible allowance of just 20% of these amounts.

**12.** It has been clarified that the 30% allowance in respect of real estate expenses also includes expenses related to real estate located in another Member State or in the European Economic Area.

**13.** The Law includes the possibility of tax-free allowances of 30% of the amounts spent on the acquisition of electric or non-combustible renewable energy-powered vehicles subject to registration, up to a maximum limit of €796.

**14.** The possibility of deducting expenses incurred with the acquisition of computers for personal use will be extended until 2011, however, this benefit will only apply once for each member of the household who attends some educational level.

Disabilities

**15.** The allowance for disabled taxpayers will be increased from 3.5 to 4 times the minimum monthly salary, doubling (from 2 to 4 times the minimum monthly salary) the deductible allowance of the expenses involved in caring for each taxpayer or dependant whose rate of permanent disability is greater than or equal to 90%.

**16.** The Law contains a transitory provision under which gross Category A, B and H income earned in 2009 by disabled taxpayers will be considered for IRS purposes at only 90% of the amount not in excess of € 2,500 per income category.

Further obligations

**17.** The Law extends to entities and professionals with the power to

authenticate private documents (legal executives and lawyers) concerning acts or contracts subject to compulsory land registration, which was previously carried out only by notaries, registrars and justice officials, the obligation to declare to the tax authorities - by the tenth of each month, preferably electronically – the acts it has carried out and the final decisions in any of their cases which may generate income liable to IRS.

Power to  
legislate

**18.** The Government will be given legislative power to create an IRS tax regime for non-habitual residents. This regime envisages among other things: the amendment of the concept of non-habitual resident, the non-aggregation of net Category A income earned in high added-value activities that are scientific, artistic or technical in nature, as well as the choice to opt for exemption in respect of Category B income deriving from the above-mentioned high added-value activities.

---

### CORPORATE INCOME TAX (IRC)

---

Exemptions:  
social security  
institutions

**19.** The IRC exemption from which the capitalisation funds administered by the social security institutions benefit will be extended to the capital income received by these institutions.

Provisions

**20.** Companies in the waste treatment industry will now be included in the regime whereby the provisions for landscaping and environmental recovery of lands and environment at these sites, which are already available to the extraction sector, can be deducted. This amendment is accompanied by a transitory regime for the deduction of the balance of this provision to 31 December 2008.

Socially useful  
contributions

**21.** The amounts paid by a company for the acquisition of travel passes for the benefit of most of its workers will be included in the range of tax deductible expenses on grounds of social usefulness.

Pension fund  
contributions

**22.** The Law introduces a provision whereby additional contributions to pension funds and equivalents destined to cover pension liabilities resulting from the application of the new Plan of Accounts, approved by the Insurance Institute of Portugal for the Insurance Companies, will not fall within the limits set out in Article 40(2) and (3) of the IRC Code, and will be deemed a cost in accordance with an annual standard instalments amortization plan for a transitory period of 5 years beginning with the 2008 financial year.

Rates

**23.** There will be a progressive rates regime with two bands, with the 12.5% rate applying to the first €12,500 of taxable income and 25% on taxable income over this amount.

However, the Law also provides for anti-abuse measures which will trigger the application of the 25% rate, regardless of the amount of taxable income, when:

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- as a result of a split or other reorganisation or restructuring operation after 31 December 2008, one or more of the companies involved declares a taxable income of not more than €12,500;</li> <li>- the capital of a company is wholly or partially paid-up through the transfer of assets (including incorporeal assets) allocated to the exercise of a business or professional activity by an individual and the activity exercised by that entity is substantially the same as the activity formerly exercised as an individual.</li> </ul>
	<p><b>24.</b> Taxpayers affected by special or reduced IRC rates may now opt to be included in the general tax rates.</p>
Non-residents: return of withheld taxes	<p><b>25.</b> The Law also creates an IRC mechanism whereby tax withheld from the earnings of taxpayers resident in another European Union or European Economic Area Member State (in the latter case, if there is an exchange of tax information) can be refunded in whole or in part, in the amount over and above the amount that would be due if the taxpayers were resident in Portugal.</p>
Payments on account	<p><b>26.</b> The percentages to be applied to the tax assessed in the previous financial period will be increased from 70 to 90% respectively for the purposes of calculating the payment on account for the year, according to whether the turnover in the financial year immediately preceding that in which these payments should be made was equal to or less than €498,797.90. These percentages currently stand at 75% and 85% respectively.</p>
Special payments on account	<p><b>27.</b> There is a provision under which payments on account made in the previous year may no longer be deducted in the calculation of the special payment on account, when these have not been calculated in the prescribed legal terms.</p>
Substitute return	<p><b>28.</b> The Law provides that in the event of a supervening administrative decision or judgment, the time limit for filing the replacement declaration will run from the date on which the taxpayer became aware of the decision or judgement, in this case extending the limitation period for the expiry of the right to assess the tax until the end of the limit for filing the substitute return, plus one year.</p>
Invoicing programmes	<p><b>29.</b> Electronic invoicing programmes and equipment will have to be certified in advance by the DGCI.</p>
Simplified regime	<p><b>30.</b> The possibility for taxpayers to opt to determine taxable profit on the basis of the simplified regime will be abolished as from 1 January 2009, with taxpayers who currently benefit from the regime being able to opt for one of the following alternatives:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- opt out of the simplified regime and into the general regime for determining profits from the tax period beginning in 2009, inclusive, or</li> <li>- remain in the simplified regime for determining taxable profit until the end of the three-year period in course.</li> </ul>

Power to  
legislate

**31.** The government will be given a legislative power to amend the IRC Code and complementary legislation with a view to adapting the provisions thereof to the International Accounting Standards (IAS), as well as to the new accounting rules arising out of the adaptation of these Standards, namely with a view to:

- incorporating into the IRC Code the transitory tax regimes for the adaptation of the IAS to the bank and insurance sectors as well as to pension funds;
- providing that the determination of results related to construction contracts are carried out in accordance with the end percentage method;
- establishing the tax deductibility of expenses with short-term benefits for employees and members of corporate bodies in the tax period in which they should be stated, as well as the deduction of expenses incurred with payments based on shares in the tax period in which the options or rights are exercised or the amounts assessed;
- altering the special regime on mergers, splits and capital subscriptions and abolishing the requirement that the asset value transfers are entered in the books of the beneficiary company at the same figures as in the accounting of the merged, split or contributing companies;
- excluding the deduction of capital losses on leisure boats, aircraft, as well as light passenger or commercial vehicles for tax purposes, except when these correspond to the depreciable tax value;
- extending the reinvestment regime to cover capital gains and losses on fixed tangible assets as well as in investment properties under the conditions currently established for gains and losses in corporeal fixed assets;
- permitting the deductibility of provisions destined to cover charges with client guarantees, as well as the direct deduction of expenditure or bad debt loss as a result of extra-judicial conciliation proceedings to recover companies in insolvency or in difficult economic circumstances, mediated by IAPMEI;
- excluding from taxes any asset variations arising out of the issue of financial products and including in the taxable profit the gains resulting from the application of fair value to the financial instruments classified as "financial assets or liabilities at their fair value by way of the results" and to consumable biological assets;
- reviewing the depreciation and amortisation regime for acceptance of the respective deductibility without requiring that it be stated as an expense in the period;
- increasing to €1,000 the value of the acquisition of the low cost items which can be amortised in one single financial period, as well as the increase in the maximum depreciable limit of light passenger or commercial vehicle to €40,000;
- eliminating the obligation to defer differences in unfavourable exchange rates related to fixed assets for three financial years;
- creating a simplified regime for determining the taxable profits of small-sized taxpayers;

## VALUE-ADDED TAX (IVA)

Exemptions	<p><b>32.</b> Free transfers of goods made to private social solidarity institutions and non-profit making non-governmental organisations in general, for subsequent distribution to the needy, will be exempt from IVA.</p>
Rectification: doubtful debts	<p><b>33.</b> The IVA recovery regime for doubtful debts of more than €750 and less than €8,000 will be amended with a view to:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- clarifying that the IVA which is deductible because the debtor is included on the computer enforcement register as a defendant against whom enforcement proceedings were instigate covers not only the situation where the proceedings were suspended but also where the proceedings lapsed;</li> <li>- extending the possibility of deducting IVA when the debtor are private persons or exempt taxpayers who, at the time of deduction, are on the public access list of cases which have lapsed with partial payment or owing to the non-existence of attachable goods, except in situations where these were already on the list at the time of the transaction to which the IVA refers took place.</li> </ul>
Reduced rate	<p><b>34.</b> The reduced 5% rate will be extended to apply, among other things, to the following services:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- real property contract work where the works owners are municipal companies whose object is the recovery and management of buildings wholly owned by public bodies;</li> <li>- building recovery works contracts when carried out within the scope of improvement and recovery works of recognised national public interest.</li> </ul>
Waiver of the IVA exemption (real estate transactions)	<p><b>35.</b> The IVA waiver regime will be altered so as to allow for the waiver of the exemption applicable to the subleasing of immovable property when it is destined for industrial purposes.</p>
Sale of exempt goods	<p><b>36.</b> A minimum of €1,000 is set for the sales of goods to national exporters, destined for export in the same state under Article 6 of Decree-Law 198/90, of 19 June.</p>
Power to legislate	<p><b>37.</b> The government will have a legislative power to transpose into the internal legal order:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Article 2 of Directive 2008/7/EC of the Council, of 12 February 2008, which amends Directive 2006/112/EC of the Council, of 28 November 2006, on inverting the tax rules governing services provided between taxpayers. Under this article, the rule will become the place where the actual consumption took place, that is to say, the place where the person receiving the service is established and not where the services provider is established; and</li> <li>- Directive 2008/9/EC of the Council, of 12 February 2008, which alters the regime for refunding IVA to taxpayers not established in the Member State of the refund but in another Member State, which essentially simplifies and dematerialises the refund process, as well as making some adjustments in the refund process for taxpayers established outside the Community;</li> </ul>

## STAMP DUTY

Capital  
subscription  
/Restructuring  
operations

**38.** It is clarified that the following restructuring operations do not constitute “capital subscriptions” and are consequently not liable to stamp duty:

- the delivery by one or more capital companies of their entire respective assets or one or more branches of its activity to one or more capital companies which have already been incorporated or are in the process of being incorporated;
- acquisition by a capital company which has already been incorporated or is in the process of being incorporated of the shares constituting a majority of the voting rights of other capital companies, provided that these acquired shares are paid at least in part by certificates in the capital of the first company (e.g. share swap transactions).

Exemptions

**39.** The exception set out in the case of gratuitous transfers between spouses has been extended to similar transfers between co-habiting partners.

**40.** However, the exemption on gratuitous transfers of real estate to spouses (and now also between co-habiting partners), descendants and predecessors, and to *mortis causa* transactions will now be limited and beneficiaries of gifts of property of this nature will cease to be exempt from the duty.

**41.** Individuals or corporate bodies to which the right of property or parcels in this right over property is transferred will be subject to this duty, with the resulting rights and obligations, and the notaries will no longer make the assessments and payments.

Repeals

**42.** Some of the amounts set out in the current General Stamp Duty Table will be repealed and the following, among others, will cease to be liable to this duty: loan for use agreement, bailment agreement, brand name and patent registrations, customs operations, public debt certificates issued by foreign government, telegraphic and postal orders and transfers of a registered office or effective management of a company, association or corporate body from one Member State to another Member State.

Authentication  
of documents

**43.** Private authenticated documents will become liable to stamp duty whenever these are an accepted alternative form to the notarial deed and entities or professionals who authenticate such documents or recognise the signatures thereon will be considered liable for this duty, except when the documents in question are credit and guarantee documents granted by credit or other financial institutions.

Powers  
of attorney

**44.** The incidence of the tax will be limited on powers of attorney and other instruments concerning the granting of powers of voluntary representation in situations where such instruments are executed in the interest of the principal or the third party.

Tax liability

**45.** Joint (with the taxpayer) tax liability will be extended to those persons or entities legally authorised to authenticate documents (when this is allowed as an alternative to the notarial deed and they are not the taxpayers), as well as to persons and entities which take part in the acts, contracts and transactions or receive or use books, papers and other documents, with wilful cooperation in the non-assessment of the tax no longer being required in either case

## Excise Duties (IEC)

Advance notice

**46.** In compliance with community recommendations, the compulsory transfer of the Accompanying Administrative Document to Customs with a minimum notice of six working hours in advance of the time of dispatch will be abolished, thereby remedying a highly prejudicial situation for Portuguese export companies, particularly those in the alcoholic beverages industry.

**47.** Also in compliance with community recommendations, the minimum guarantee limits required for the holding (authorised depositories) and reception (Registered Operators and Tax Representatives) will also be abolished.

Duty on alcohol and alcoholic beverages

**48.** The concept of “small beer houses” – which are taxed at a rate of 50% less than the normal rate – will be amended, with a view to achieving a maximum production level of 300,000 hl in Madeira (formerly 200,000 hl), provided that at least 100,000 hl are consumed in the region.

Tobacco duty

**49.** With a view to reducing the amounts of tobacco acquired by private individuals in Spain, where the duty is lower, there will be restrictions on the maximum amounts of tobacco that any individual may bring in and when the tobacco products circulate in a private vehicle, the maximum amounts apply to the vehicle itself and not to each one of its occupants.

Duty on petroleum and energy products

**50.** Within the context of environmental concerns and the need to acquire income for the Carbon Fund, there will be an increase in the tax on heating oil to be implemented by ministerial order, which may reach €220/1000 litres.

Note that the envisaged increase in the tax on heating oil may cause disturbances in consumption leading on the one hand to the (illegal) use of agricultural diesel – which is subject to a lower tax rate - in heating boilers and, on the other, creating outflows of trade to Spain where both types of diesel (heating and agricultural) are subject to much lower duties than in Portugal.

Vehicle tax

**51.** The scheduled Table A tax – which incorporates cylinder power and CO<sub>2</sub> levels as taxation elements – will be postponed to 1 January 2010 for all motor vehicles.

**52.** For the second time in just a year and a half, the CO<sub>2</sub> component of the ISV rates will be changed, resulting in an increase in the amount of tax levied on diesel-powered vehicles which the respective businesses compute at around 12%, bearing in mind the sales structure registered so far. This increase is also aggravated by the fact that diesel-powered vehicles with particle emissions equal to or greater than 0.005 g/km (those which have no particle filter) are penalised at 250 euros per unit and, at the same time, the tax benefit of 500 euros per unit which was granted to vehicles with particle emissions of less than that amount will disappear.

**53.** The 50% reduction in the ISV rate for hybrid motor vehicles powered by a classic fuel (petrol or diesel) and a gas (LPG or natural gas) will be abolished while the full ISV exemption applicable to the above vehicles when these are used in taxi services (rental with driver) will also cease.

**54.** The taxation on second-hand vehicles “imported” from the EC will be increased (in somewhat doubtful conformity with Community law) through the elimination of the first and fifth last scales in the tax reductions table (Table D) and by the non-application of the reduction tables to the taxation component (CO<sub>2</sub>, which will be due entirely under the “environmental impact cost).

**55.** In compliance with community recommendations, the time limit for registered operators and recognised operators to hold motor vehicles with suspended ISV will be standardised at 2 years (formerly three years and 6 months respectively).

**56.** The 50% ISV reduction which the rent-a-car business currently has the benefit of will now be conditional on the CO<sub>2</sub> emissions of the vehicle being equal to or less than 140 g/km (currently 160 g/km).

**57.** The tax aid for vehicles at the end of their useful life – which continues until 31 December 2009 – will be dependent on the acquisition of a new vehicle with a CO<sub>2</sub> emissions level equal to or less than 140 g/km.

---

### SINGLE CIRCULATION TAX (IUC)

---

Rates

**58.** The rates applied to goods vehicles used for non-professional purposes will be increased by around 5%.

**59.** An additional progressive tax will be created which will apply to Category B light and mixed-use passenger vehicles (those registered after 1 July 2007) on the basis of the year of registration, which will bring about an increase of 10% in the amount of tax levied on vehicles registered in 2009

---

### MUNICIPAL PROPERTY TAX (IMI)

---

Concept of building land

**60.** The concept of building land will be extended to include lands situated within or outside a built-up area which have received prior approval or favourable opinion for subdivision or construction operations (besides those in respect of which a licence or permit for the same purpose has been granted, as was the case up to and including 2008).

Property valuation

**61.** The valuation of building land will now refer to the date of registration

or update of the land on the tax register and not merely to the registration date, as has been the case until now.

Title certificates

**62.** The age coefficient in buildings which have been extended will be applied according to the age of each part of the building.

**63.** The Law sets out the possibility that the review committee, in a second valuation, can set a new tax value, which will operate only for the purposes of IRS, IRC and IMT, when the tax value determined by applying the legal criteria is distorted in relation to the normal market value. For this purpose, it should be understood that tax value is considered distorted when it is more than 15% greater than the normal market value or when the building has characteristics which differ from the normal standard in the area and the taxable value is less than 15% of the normal property market value.

**64.** The possibility of obtaining the title certificate and IMI declaration form 1 electronically will be extended to registration officials and professional entities with power to authenticate private documents which concern acts or contracts subject to land registration.

Rates: ruined buildings

**65.** The IMI rates applicable to ruined buildings will be trebled. The identification of ruined buildings or apartment or commercial units is incumbent on the municipal councils and must be communicated to the Directorate-General of Taxation by 30 November.

---

### Municipal Property Transfer Tax (IMT)

---

Valuation: first free transfers

**66.** The compulsory valuation of real estate property which has already been registered for tax purposes valued is waived in *mortis causa* transfers, when the beneficiaries are the spouse, descendants or ascendants.

Zero taxation: division

**67.** IMT will not be levied on the excess of the share attributed to one of the spouses as a result of the division for the purposes of dissolving the marriage, when the marriage was not subject to a separate property regime.

Exemptions

**68.** The amount up to which the acquisition of building land or apartments in buildings destined exclusively as main permanent dwellings is exempt from the tax will be increased to €89,700.

Form 1

**69.** The Law makes provision for Tax Declaration Form 1 to be filed electronically (via internet) and also provides that the filing of this return may not be dispensed with in exemption situations.

Co-operation obligations

**70.** Entities and professionals with the power to authenticate private documents (legal executives and lawyers) which concern acts or contracts subject to compulsory land registration will become subject to the prohibition on authenticating such documents or recognising signatures in promissory

contracts or assignments of promissory contracts which are liable to IMT, without a IML tax declaration form 1 having been produced and accompanied by the corresponding proof of payment.

**71.** The Law provides that the notaries who execute the deeds and the persons who are Party to the authenticated private documents, or on some other account, when these are admitted as an alternative to the notarial deed, will be jointly liable with the taxpayer for the payment of the tax whenever they have collaborated in the failure to assess or pay the tax or at the time of the execution, receipt or use, have not requested proof of payment or of exemption.

---

## Tax Benefits

---

Transport of  
passengers  
and goods

**72.** In the wake of commitments made to the sector associations, a range of support measures for public passenger and goods transport has been introduced which will apply during the financial year 2009 (and not until 31 December 2012, as suggested in the initial draft of the 2009 Bill), notably:

- an exemption from IRC on the positive difference between the gains and loses resulting from for value transfers of certain goods vehicles (acquired and registered prior to 1 July 2008) and vehicles assigned to public passenger transport or taxi transport, provided that the entire proceeds are reinvested – in the same year or the two following financial years – in the acquisition of identical vehicles which remain part of the company's assets for at least five years;
- a 20% increase, for the purposes of determining the profit liable to IRC, on the costs incurred with the acquisition, in Portugal, of fuel for vehicles which meet certain requirements and which are assigned to the transport of goods by road, public passenger transport or to taxi transport.

Building  
recovery

**73.** A range of tax incentive measures for building recovery will be approved in lieu of the Extraordinary Regime for the Support of Urban Renovation introduced by State Budget Law 2008 (which is to be repealed), which will affect rented buildings whose rental payments may be updated under the NRAU or buildings located in “urban recovery areas”, based on the following benefits:

- retaining the majority of benefits granted under the Extraordinary Regime for the Support of Urban Renovation, including the IRC exemption on the income, of any nature, obtained by property investment funds created between 1 January 2008 and 31 December 2012, whose assets comprise at least 75% of real properties subject to recovery work in urban renovation areas, with those who receive income from unit trusts in the funds being subject to the following regime:
  - i. liable for IRS or IRC deductions at source at the rate of 10% of the income paid or placed at their disposal by the fund, by way of distribution or redemption (definitive deduction at source when earned by non-resident entities without a permanent establishment in Portugal or IRS resident taxpayers who obtain income from outside the scope of a commercial, industrial or agricultural activity, who may opt for aggregation), unless the

holders are entities which are exempt in respect of capital income or non-resident entities without a permanent establishment in Portugal to which the income is attributable, excluding entities resident in a territory with a clearly more favourable tax regime, or entities of which more than 25% is held directly or indirectly by resident entities;

ii. possibility for income earners who opt to aggregate the distributed income by applying the double economic taxation avoidance regime to deduct 50% of the income deriving from dividends; and

iii. taxation at the rate of 10% of the positive balance between the capital gains and losses arising from the disposal of unit trusts when the holders are non-resident entities to which the exemption set out in Article 26 of the Tax Benefits Statute is not applicable or IRS taxpayers resident in Portugal who obtain income from outside the scope of a commercial, industrial or agricultural activity and do not opt for aggregation.

- separate taxation at the rate of 5% on the gains made by IRS taxpayers resident in Portugal when these arise entirely from the disposal of real property located in “urban recovery areas” recovered according to the respective recovery strategies, without adversely affecting the option for aggregation;

- taxation at the rate of 5% on income from land earned by IRS taxpayers resident in Portugal which derive entirely from the rental of real properties located in “urban recovery areas”, recovered according to the respective recovery strategies or rented properties whose rents may be increased in stages under the NRAU, which may be the focus of recovery work - without adversely affecting the option for aggregation;

- IRS relief of 30% of the charges borne by the owner up to a maximum of €500 related to the recovery of real properties located in “urban recovery areas” and recovered according to the respective recovery strategies or rented properties whose rents may be increased in stages under the NRAU, which may be subjected to recovery work;

- IMI exemption for buildings that are subjected to recovery work which may take up to 10 years (5 years renewable for another 5 years) and IMT exemption on the first for value transfer of the building or apartment of the recovered building located in an “urban recovery area” and destined exclusively as a main permanent dwelling. These exemptions are however conditional on the resolution of the municipal council.

Recovery work which began after 1 January 2008 and will be concluded by 31 December 2020 is eligible for this benefit.

Donations:  
combating  
poverty

**74.** A transitory provision has been introduced which seeks to increase the sales turnover or services rendered from 8/1000 to 12/1000, during the year 2009, the limit of the costs or losses for the financial year in respect of donations made under Article 62 of the EBF and aimed at measures to combat poverty, provided that the recipient of the donations has been acknowledged by order of the Minister for Finance.

Residential  
letting real  
estate  
investment

**75.** A special regime, which will apply until 31 December 2020, will be approved for Residential Letting Real Estate Investment Funds (FIIAH) and Residential Letting Real Estate Investment Companies (SIIAH) created between

1 January 2009 and 31 December 2013 (initially, the provision for creating these bodies was from 1 January 2009 and 31 December 2014) and to the properties they acquire during this same period, comprising the following tax benefits:

- IRC exemption on income of any nature;
- IRS and IRC exemptions in respect of the unit trusts and shares, excluding the positive balance between the capital gains and losses resulting from the disposal paid or placed at the disposal of the respective holders, whether by distribution or refund;
- IRS exemption in respect of the gains arising to the FIIAH and SIIAH from the transfer of properties destined for dwelling purposes and coming about by virtue of the conversion of the right of ownership to these properties into a letting right, and the tax relief, within certain limits, on the amounts paid by the lessor of the properties as a result of the conversion of the right of ownership into a letting right;
- In respect of this aspect, the 2009 State Budget Law specifies that these gains will be taxed, generally, if the taxpayer terminates the letting agreement or fails to exercise the option, suspending the periods of lapse and time bars for the purposes of assessing and charging IRS until the end of the contractual relationship;
- IMI exemption on buildings which are part of the assets of the FIIAH and SIIAH and destined for letting as permanent dwellings for so long as they remain in their ownership;
- IMT exemption on the acquisition of building or apartments destined exclusively for rental for dwelling purposes;
- IMT exemption on the acquisition as a main and permanent dwelling as a result of the exercise of the purchase option by tenants of the properties which belong to the assets of the FIIAH and SIIAH;
- Stamp Duty exemption on all the acts carried out, provided that they are connected with the transfer of buildings destined for permanent dwelling purposes and came about by virtue of the conversion of the right of ownership of these properties into a letting right as well as with the exercise of the purchase option over these same properties;
- Exemption from the FIIAH management bodies supervisory rates exclusively in respect of the management of this type of funds.

In compliance with the provisions of the 2009 State Budget Law, a Ministerial Order was also published (No. 1553-A/2008, of 31 December) which specifies the terms and criteria to which are subject the transfer of real estate assets to the fund, the calculation of the rent value, the updating of the price of the real estate and the purchase option right. The acquisition price of the properties will be the price agreed by the Parties but cannot be greater than the amount arising from the valuation carried out by expert valuers. The amount of rent is set by the Parties and liable to an annual updating in accordance with the coefficients set down by law for this propose. As regards the exercise of the tenant's right to purchase annual, this may be exercised at any given time and will be based on the transfer value of the property to the FIIAH (may be updated in line with the variation of the harmonised consumer price index), plus – in the event that the option is exercised in the two years after the property is

transferred to the FIIAH – the expenses (e.g. valuation, transfer and automobile registry costs) borne by the FIIAH. A tenant who does not intend to exercise the right of purchase is entitled to receive the amount of the difference between the future transfer of the property to third parties and the amount of the updated transfer of the same property to the FIIAH, minus the amounts in respect of the costs of placing the property on the market in normal conditions of use and any rents in areas. In addition, in the event of an early termination of the rental agreement, the amount of rent for the period between the early termination of the contract and the time the property is transferred to the third party is deducted (with a limit of the rent due up to the term of the rental agreement).

The FIIAH, whose creation, operating and marketing of the respective unit trusts is governed by the Legal Regime on Real Estate Investment Funds, are also subject to a number of specific rules, such as:

- the obligation to incorporate in the form of closed public subscription funds or private subscription (this latter type was not proposed in the initial draft of the State Budget Bill for 2009 and was introduced only in the final version of the 2009 law, making it more flexible and probably guaranteeing greater membership of these investment vehicles;
- the obligation, during the first year of activity, for the total asset value of the FIIAH to reach a minimum of €10 million and when created by public subscription to have at least 100 participants, whose individual participation may not exceed 20% of the total asset value of the fund, or be subject to the immediate and automatic suspension of the right to distribute the FIIAH income in the amount of the participation in excess of that limit;
- the obligation for the total FIIAH assets to comprise at least 75% real estate situated in Portugal destined for letting as permanent dwellings;
- the possibility for mortgage loan borrowers who dispose of the property which is the subject-matter of the agreement to an FIIAH to enter into a rental agreement with the fund management company and hold an option to purchase the property from the fund, which may be exercised up to 31 December 2020.

Investments of a contractual nature

**76.** The government is granted legislative powers to amend the tax benefits regime for investments of a contractual nature set out in Article 41 of the Tax Benefits Statute and the regulations thereto with a view to, among other things:

- extending the duration of the regime to 31 December 2020;
- raising the minimum amount of applications relevant to the eligibility of the projects;
- redefining the conditions for access and appraisal of the applications, requiring that the projects be assessed in terms of their structuring effect on the economy, job creation, maintenance and qualification, and of their contribution to technological innovation and national scientific research;
- encompassing the new community provisions on state aid;
- reviewing and integrating a research and development incentive regime.

## GENERAL TAXATION LAW

Collaboration  
principle

**77.** The current six-month time limit for publishing general guidelines as to the interpretation and application of tax provisions will be reduced to 30 days, and provision is made for electronic publication.

**78.** The tax authorities must convert binding information or other types of information provided to the taxpayers into administrative circulars, when a relevant point of law has been raised and appraised similarly in three different information requests or when it is foreseeable that this will be the case.

**79.** An electronic version of the updated tax codes and other tax legislation will be made available.

**80.** Credit institutions and financial companies are also subject to automatic information mechanisms as regards the opening or keeping of accounts by taxpayers whose tax affairs are not in order and who are included in risk sectors.

Bank secrecy

**81.** The range of direct access situations, that is to say, access to bank information or documents without the prior consent of the account holder, has been extended to include situations where there is a difference of at least one third between the declared income and the increased wealth or consumption evidenced by the taxpayer in the same tax period, or where the income declared for IRS purposes is significantly and unjustifiably lower than the income patterns which would reasonably allow for the taxpayer's manifestations of wealth. In this situation, credit institutions and financial companies must furnish data on credit and debit card payments to the authorities.

Biding  
Information

**82.** There will be a maximum period of 90 days for the preparation of binding information and a failure to comply with this time limit will restrict the taxpayers' liability for the tax debt, and no fines, interest or other legally prescribed measures may be imposed.

**83.** It is also provided that, at the justifiable request of the applicant, binding information may be furnished urgently within 60 days, provided that the request is accompanied by a tax framework proposal, which will be considered as tacitly sanctioned by the tax authorities if no reply has been made within that period.

The provision of binding information on an urgent basis in the terms set out above will be charged at a rate of between 25 and 100 units, according to the complexity of the matter, in other words, between €2,400 (two thousand, four hundred euros) and €9,600 (nine thousand, six hundred euros).

**84.** Similarly to the general guidelines regime, the publication of all the binding information, including urgent information, will be published electronically within 30 days, while safeguarding all details of a personal nature.

ADMINISTRATIVE AND JUDICIAL TAX PROCEDURE

Binding information

**85.** The notice served on the interested Parties to the request for binding information will obligatorily include the information or decision on which the tax authorities based their reply.

Anti-abuse provisions

**86.** The current six-month period from which the non-applicability of anti-abuse provisions is determined when the taxpayer has requested binding information from the tax authorities on the facts provided and the tax authorities have not replied will be reduced to 90 days.

Procedure for correcting tax authority errors

**87.** A new error correction procedure will be introduced for tax authorities' errors with a view to correcting any material or blatant errors made by the tax authorities during the tax procedure or the enforcement proceedings in a simplified manner. Material or blatant errors are those which result from the irregular functioning of the tax authorities' IT systems, as well as unequivocal stations of error of calculation, inaccuracy or mistake.

This new procedure, which must be requested from the head of the tax authorities within 10 days of the taxpayer becoming aware of the offending act, must be decided within a maximum of 15 days.

As this procedure is characterised by the waiver of basic formalities such as the right to be heard, instigating it will not have any adverse effect on other reaction time limits or on the use of the administrative and judicial procedural resources whose objective is the illegality or enforceability of the debt, within the limitation period.

Guarantees

**88.** The Law provides that for calculating guarantee amounts, interest will be calculated up to the date of the application and for a period of five years.

TAX INFRINGEMENTS

Administrative offence provisions

**89.** It will now be expressly provided that the commission of various administrative offences will be punishable by a fine whose maximum limit will be the sum of the fines actually imposed on the infringements, which may not exceed double the highest maximum of the administrative offences committed or be less than the highest fine actually imposed on the various administrative offences.

Abuse of tax trust

**90.** Only a failure to pass on to the tax authorities an amount of tax in excess of €7,500, which has been deducted in accordance with the law and which the taxpayer is legally obliged to pass on, is punishable as the crime of abuse of tax trust.

Irregular dealings

**91.** Not only the use of taxable products for a purpose other than that

Failure to pass on the tax

assumed in the applicable tax regime but also its use in unauthorised equipment will constitute an administrative offence.

**92.** A failure to pass on all or part of the tax due to the tax authorities which has been assessed or should have been assessed on the basis of an invoice or equivalent document will be punishable as an unlawful administrative offence.

**93.** Also punishable as an unlawful administrative offence is the introduction to the market, ownership or marketing of products which are in breach of the provisions on sealing, packaging, ownership or marketing in quantitative terms, established by the Excise Duties Code and additional legislation.

---

### Other Tax-Relevant Measures

---

Enforcement of debts to social security

**94.** The regime that applies to the enforcement of Social Security debts – set out in Decree-Law 42/2001, of 9 February – will be amended with the introduction of some special provisions in relation to payments in instalments and on account, with a view to:

- allowing for the possibility of authorising payment in instalments by individual taxpayers, if it is not possible for the full amount to be paid immediately, due to the financial circumstances of the debtor, as follows:
  - a) up to 96 monthly instalments when the enforceable debt exceeds 500 units at the time of authorisation and provided that the debtor provides a suitable guarantee or demonstrates severe financial difficulty and foreseeable financial consequences;
  - b) up to 60 monthly instalments when the enforceable debt exceeds 50 units at the time of authorisation; and
  - c) up to 36 monthly instalments in the remaining cases.
- providing for the possibility of being able to pay any amount as payment on account.

Creation of guarantees

**95.** Guarantees created in favour of the State or Social Security within the scope of payment of tax debts in instalments, in accordance with Article 196 of the Administrative and Judicial Procedure Code and the Mateus Plan (Decree-Law 124/96 of 10 August), will remain exempt from Stamp Duty until 2009.

---

### Legislative Powers

---

Financial products

**96.** The government will be granted a legislative power to amend the IRS Code and the Tax Benefit Statute so as to guarantee tax neutrality in the treatment of financial products which have the nature of a loan in social security, protection and savings areas, vis-à-vis insurance products and pension funds.

## STATE BUDGET 2009: TAX AMENDMENTS

Prizes

**97.** The government will also be authorised to legislate for taxes on gaming activities and income from gaming with a view to extending the tax replacement regime to national financial intermediaries that are involved in operations which involve sending gambling operator revenue out of Portugal, as well as to reviewing the Stamp Duty regime by imposing a rate of up to 10% for taxpayers who win prizes in the state games run by the Santa Casa da Misericórdia.

Tax courts

**98.** Lastly, the Law confers a legislative power on the government to amend the Administrative and Tax Courts Statute within 180 days so as to make provision for the possibility of dividing the Tax Courts into large, medium and small courts based on the value of the claims and the complexity of the matters.







# Budget de l'État 2009

## Modifications Fiscales

Cette Information Fiscale est distribuée aux Clients et Collègues. L'information est fournie de manière générale et abstraite, ne servant pas de base pour prendre une décision sans être assisté par un professionnel qualifié et ne s'adressant pas à un cas concret. Son contenu ne peut être reproduit, en partie ou en totalité, sans autorisation expresse de l'auteur. En cas de nécessité et pour plus amples informations sur un sujet, veuillez contacter Dr. Rogerio M Fernandes Ferreira, associé et chef du Département Droit Fiscal de PLMJ- email: rff@plmj.pt, tel: (351) 21 319 73 58; Fax: (351) 21 319 7514.

---

*Meilleur Cabinet Fiscal Portugais* – INTERNATIONAL TAX REVIEW & TAX AWARDS 2006, 2008

---







La loi n° 64-A/2008, portant approbation du budget de l'État, a été publiée le 31 décembre 2008.

Nous indiquerons ci-après, de manière succincte, les principales modifications qui ont été introduites dans l'ordre juridico-fiscal portugais, à compter du 1<sup>er</sup> janvier 2009:

---

## IMPOT SUR LE REVENU DES PERSONNES PHYSIQUES (IRS)

---

Revenus du travail salarié	1. Ne sont plus imposables les montants versés par les employeurs pour l'achat de titres/abonnements de transports en faveur de leurs salariés, pour autant que leur attribution ait un caractère général.
Plus-values immobilières	2. Le délai de réinvestissement du produit de la vente d'une habitation principale, pour être exonéré d'impôt sur les plus et moins-values, est porté de 24 à 36 mois. Est également porté de 12 à 24 mois, aux mêmes fins, le délai pendant lequel le produit de la vente peut être réinvesti dans le paiement d'une habitation principale achetée auparavant.  La modification du délai de réinvestissement est applicable aux cas où la période de 24 ou 12 mois est encore en vigueur ou se termine en 2009.
Délimitation négative de l'assiette	3. Précise que ne sont pas assujetties à l'impôt les pensions et indemnités dues au titre d'une lésion corporelle, d'une maladie ou du décès, perçues dans le cadre de l'accomplissement du service militaire
Transparence fiscale	4. Consacre que les associés de sociétés relevant du régime de la transparence fiscale sont imposables au titre des avances sur bénéfices perçues pour un montant supérieur à la matière imposable imputée par la société. Dans ce cas, les ajustements nécessaires seront fait sur les bénéfices imputés les années suivantes, afin d'éviter une double imposition éventuelle.
Revenus entrepreneuriaux professionnels	5. Écarte la possibilité d'imposer selon les règles d'imposition de la catégorie A (travail salarié) les prestations de services effectuées par un associé à une société relevant du régime de la transparence fiscale, comme stipulé pour l'ensemble des assujettis de la catégorie B qui fournissent des services à une seule société.
Revenus de capitaux: dérivés	6. Révoque la norme du Code de l'IRS qui assimilait à des intérêts les gains provenant d'opérations de swaps de change, swaps de taux d'intérêt, swaps de taux d'intérêt et de devises et d'opérations de change à terme.
Déduction des pertes	7. Consacre la règle selon laquelle, dans les cas où les services fiscaux doivent utiliser des méthodes indirectes pour la détermination du revenu, il n'y a pas lieu à déduction du résultat déficitaire, quelle que soit la catégorie des revenus, sous réserve de sa déduction au cours des années suivantes, sur la période légale prévue.
Non résidents	8. Établit, suite à la procédure engagée par la Commission européenne

contre l'État portugais pour traitement fiscal discriminatoire des prestataires de services non résidents, qu'un résident dans un autre État membre de l'Union européenne ou de l'Espace économique européen peut demander le remboursement de l'impôt prélevé à la source sur les revenus de certaines prestations de services, pour la partie dépassant l'impôt qui serait dû par un résident portugais. Le remboursement de l'impôt prélevé et payé doit être demandé auprès des services compétents de la Direction générale des impôts dans les deux ans qui suivent la fin de l'année civile suivant celle de la réalisation du fait imposable. Il est effectué dans les 3 mois qui suivent la présentation des éléments et des informations indispensables à l'examen de la demande.

**9.** Établit la possibilité pour les assujettis résidents dans un autre État membre de l'Union européenne ou de l'Espace économique européenne de choisir d'être imposés selon les règles applicables aux assujettis résidents sur le territoire portugais, dès lors que 90% de leurs revenus proviennent d'un travail salarié, entrepreneurial ou professionnel ou de pensions obtenus sur le territoire portugais.

## Abattements

**10.** Les montants des abattements sont révisés selon un pourcentage variant entre 2.4% et 3.2%.

**11.** Remplace l'abattement des sommes déboursées et non remboursées relatives, au titre de pensions alimentaires que l'assujetti est tenu de verser en vertu d'une décision judiciaire ou d'une convention. Cet abattement ne représente plus que 20% de ces sommes.

**12.** Précise que l'abattement de 30% au titre des charges immobilières englobe aussi celles relatives à des biens immobiliers situés sur le territoire d'un autre État membre ou de l'Espace économique européen.

**13.** Consacre la possibilité d'un abattement de 30% du prix d'achat de véhicules soumis à immatriculation, exclusivement électriques ou fonctionnant aux énergies renouvelables non combustibles, à hauteur de € 796.

**14.** Prolonge jusqu'en 2011 la possibilité d'abattement des frais d'acquisition d'ordinateurs à usage personnel, étant entendu qu'un tel avantage ne peut être appliqué qu'une seule fois pour chaque membre du foyer fiscal scolarisé.

## Handicapés

**15.** Augmentation de l'abattement applicable aux assujettis handicapés, de 3,5 à 4 fois le salaire minimum mensuel, portant au double (de 2 à 4 fois le salaire minimum mensuel) l'abattement au titre des charges d'aide, par assujetti ou personne à charge ayant un taux d'invalidité permanente supérieur ou égal à 90%.

**16.** Consacre une disposition transitoire selon laquelle les revenus bruts des catégories A, B et H obtenus en 2009 par des assujettis handicapés sont considérés, aux fins d'IRS, pour seulement 90%, pour la partie n'excédant pas, par catégorie de revenus, un montant de € 2.500.

Obligations accessoires	<p><b>17.</b> Élargit aux entités et aux professionnels habilités à certifier des documents sous seing privé (en particulier les avoués et les avocats), correspondant à des actes ou des contrats soumis à l'enregistrement foncier, l'obligation consacrée auparavant pour les notaires, conservateurs et huissiers de justice de déclarer aux services fiscaux – avant le 10 de chaque mois et, de préférence, par voie électronique – les actes qu'ils ont pratiqués et les décisions devenues définitives rendues dans des procédures à leur charge et susceptibles de produire des revenus assujettis à l'IRS.</p>
Autorisations législatives	<p><b>18.</b> Consacre une autorisation législative du Gouvernement afin de créer un régime fiscal, relatif à l'IRS, pour résidents non habituels. Ce régime prévoira, entre autres mesures : la modification du concept de résidence non habituelle au Portugal, le non cumul des revenus nets de la catégorie A provenant d'activités à haute valeur ajoutée, de nature scientifique, artistique ou technique, ainsi que le choix de l'application de la méthode de l'exonération pour les revenus de la catégorie B provenant de ces activités à haute valeur ajoutée.</p>

---

## IMPÔT SUR LE REVENU DES PERSONNES MORALES (IRC)

---

Exonérations : organismes de sécurité sociale	<p><b>19.</b> Élargit l'exonération d'IRC dont bénéficient les fonds de capitalisation gérés par les organismes de sécurité sociale aux revenus de capitaux perçus par ces organismes.</p>
Provisions	<p><b>20.</b> Élargit aux sociétés du secteur de l'élimination des déchets le régime de la déductibilité des provisions pour la remise en état paysagère et environnementale de terrains et sites affectés à l'exploitation, déjà établi pour le secteur des industries d'extraction. Cette modification est assortie d'un régime transitoire pour la déduction fiscale du solde de cette provision au 31 décembre 2008.</p>
Réalizations d'utilité sociale	<p><b>21.</b> Inclut, dans l'éventail des frais déductibles au titre de réalisations d'utilité sociale, les frais d'acquisition de titres/abonnements de transports pour l'ensemble des salariés de l'entreprise.</p>
Contributions aux fonds de pensions	<p><b>22.</b> Consacre la règle selon laquelle les contributions supplémentaires aux fonds de pensions et assimilés, destinées à couvrir des engagements de retraites et de pensions qui résultent de l'application du nouveau Plan Comptable pour les entreprises d'assurances approuvé par l'Institut des assurances du Portugal, n'entrent pas dans les limites prévues aux paragraphes 2 et 3 de l'article 40 du CIRC. Elles sont considérées comme charges selon un plan d'amortissement de montants annuels uniformes, pendant une durée transitoire de cinq ans, à compter de l'exercice 2008.</p>
Taux	<p><b>23.</b> Établit un régime de taux progressifs, à deux échelons, en appliquant le taux de 12,5% aux premiers Eur. 12.500 de l'assiette et de 25% au-delà de ce montant.</p> <p>Des mesures « anti-abus » sont toutefois prévues. Elle imposent l'application du taux de 25%, quel que soit le montant de l'assiette, lorsque:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- suite à une opération de scission ou autre opération de réorganisation</li> </ul>

Non résidents: remboursement de l'impôt prélevé à la source	<p>ou de restructuration d'entreprise effectuée après le 31 décembre 2008, une ou plusieurs sociétés impliquées obtiennent une assiette non supérieure à Eur. 12.500;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- le capital d'une société est libéré, en totalité ou en partie, par la transmission d'actifs (y compris incorporels) affectés à l'exercice d'une activité entrepreneuriale ou professionnelle par une personne physique et que l'activité exercée par cette société soit substantiellement identique à l'activité qui était exercée auparavant à titre individuel.</li> </ul> <p><b>24.</b> Consacre la possibilité pour les assujettis soumis à des taux spéciaux ou réduits d'IRC de pouvoir choisir l'application des taux généraux d'imposition.</p>
Acomptes provisionnels	<p><b>25.</b> Établit, également pour l'IRC, un mécanisme de remboursement, total ou partiel, de l'impôt prélevé et payé par des assujettis résidents dans un autre État membre de l'Union européenne ou de l'Espace économique européen (pour autant qu'il y ait échanges d'informations en matière fiscale) pour la partie de cet impôt dépassant celui qui serait dû par des assujettis résidents sur le territoire portugais.</p> <p><b>26.</b> Porte à 70% et 90%, respectivement, les pourcentages applicables à l'impôt payé sur l'exercice précédent, aux fins de calcul des acomptes provisionnels, selon que le chiffre d'affaires de l'exercice précédant celui au cours duquel doivent être versés ces acomptes est inférieur ou égal à Eur. 498.797,90. Avant, ces pourcentages étaient de 75% et 85%, respectivement.</p>
Acomptes provisionnels spéciaux	<p><b>27.</b> Consacre une règle selon laquelle les acomptes provisionnels effectués sur l'exercice précédent ne peuvent plus être déduits dans le calcul de l'acompte provisionnel spécial lorsqu'ils n'ont pas été calculés selon les règles légales.</p>
Déclaration de remplacement	<p><b>28.</b> Prévoit que, en cas de décision administrative ou de sentence incidente, le délai pour déposer la déclaration de remplacement court à compter de la date à laquelle l'assujetti prend connaissance de la décision ou de la sentence. Dans ce cas, le délai de forclusion du droit à la liquidation de l'impôt est élargi jusqu'au terme du délai fixé pour déposer la déclaration de remplacement, majoré d'un an.</p>
Logiciels de facturation	<p><b>29.</b> Établit que les logiciels et équipements informatiques de facturation doivent être préalablement certifiés par la DGCI.</p>
Régime simplifié: suspension	<p><b>30.</b> Abolite la possibilité pour les assujettis de pouvoir choisir de calculer leur bénéfice imposable selon le régime simplifié, à compter du 1<sup>er</sup> janvier 2009. Les assujettis qui bénéficient actuellement de ce régime auront deux solutions au choix :</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- renoncer à ce régime simplifié et basculer dans le régime général de calcul du bénéfice imposable à partir de la période d'imposition commençant en 2009, comprise, ou</li> <li>- rester dans le régime simplifié de calcul du bénéfice imposable jusqu'à la fin de la période de trois exercices restant à courir.</li> </ul>
Autorisations législatives	<p><b>31.</b> Consacre une autorisation législative du Gouvernement afin de modifier le Code de l'IRC (impôt sur les revenus des sociétés) et sa législation</p>

complémentaire, en vue d'adapter ses règles aux normes comptables internationales (NCI), ainsi qu'aux nouvelles règles comptables découlant de l'adaptation de ces règles, notamment pour:

- intégrer structurellement dans le Code de l'IRC les régimes fiscaux transitoires d'adaptation des NCI au secteur bancaire et des assurances, ainsi qu'aux fonds de pensions;
- prévoir que le calcul des résultats provenant de contrats de construction soit effectué selon la méthode du pourcentage d'achèvement;
- établir la déductibilité fiscale des frais des avantages à court terme versés aux employés et aux membres des organes sociaux sur la période d'imposition où ils doivent être comptabilisés, ainsi que la déduction des frais concernant des actions sur la période d'imposition où les options ou les droits sont exercés ou les montants liquidés;
- modifier le régime spécial applicable aux fusions, scissions, apports d'actifs, en éliminant l'exigence selon laquelle les actifs transférés doivent être inscrits dans la société bénéficiaire pour les mêmes montants qu'ils avaient dans la comptabilité des sociétés fusionnées, scindées ou apportées;
- exclure la déduction fiscale des moins-values réalisées sur des bateaux de plaisance, des aéronefs ainsi que des voitures particulières ou à usage mixte, sauf lorsque ces plus-values correspondent au montant fiscalement dépréciable;
- élargir les règles de réinvestissement aux plus et moins-values réalisées sur des actifs fixes tangibles, ainsi que sur des immeubles de placement, aux conditions actuellement établies pour les plus et moins-values réalisées sur des éléments de l'actif immobilisé corporel.
- permettre la déductibilité des provisions destinées à couvrir des charges de garanties de clients, ainsi que la déduction directe des frais ou pertes de créances irrécouvrables résultant d'une procédure extrajudiciaire de conciliation pour le redressement d'entreprises insolvables ou en situation financière difficile sous la médiation de l'IAPMEI.
- exclure de l'imposition les variations patrimoniales découlant de l'émission de produits financiers et inclure, dans le bénéfice imposable, les produits de l'application de la juste valeur relatifs aux instruments financiers classés comme « actifs ou passifs financiers à la juste valeur par le biais des résultats » et les actifs biologiques consommables ;
- revoir les règles de dépréciation et d'amortissement pour accepter leur déduction sans exiger leur comptabilisation comme charge de la période concernée;
- établir une augmentation à Eur. 1,000 de la valeur d'acquisition d'éléments de valeur réduite susceptibles d'être amortis sur un seul exercice, ainsi que l'augmentation du plafond dépréciable des voitures particulières ou à usage mixte à Eur. 40.000.
- éliminer l'obligation de différer sur trois exercices les écarts de change défavorables relatifs aux immobilisations.
- créer un régime simplifié de calcul des bénéfices imposables pour les assujettis de petite taille.

## TAXE SUR LA VALEUR AJOUTÉE

- |  |  |
|--|--|
| Exonérations   | <p><b>32.</b> Consacre l'exonération de TVA pour l'ensemble des transmissions gratuites de biens effectuées à des organismes privés de solidarité sociale et à des organisations non gouvernementales à buts non lucratifs, en vue de leur distribution aux personnes démunies.</p>  |
| Rectifications de l'impôt créances douteuses                           | <p><b>33.</b> Modifie le régime de récupération de la TVA sur les créances douteuses d'un montant supérieur € 750,00 et inférieur à € 8.000,00, afin de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- préciser que la TVA déductible au motif que le débiteur figure dans le fichier informatique des saisies-exécutions en tant que saisi contre lequel la procédure a été engagée s'applique non seulement aux cas où la procédure a été suspendue entre-temps, mais aussi aux cas où elle est éteinte;</li> <li>- élargir la possibilité de déduction de la TVA lorsque les débiteurs sont des personnes physiques ou des assujettis exonérés qui, au moment de la déduction, figurent sur la liste d'accès public des saisies-exécutions éteintes pour paiement partiel ou absence de biens saisissables, sauf s'ils figuraient déjà sur cette liste au moment de l'opération à l'origine de cette TVA.</li> </ul> |
| Taux réduit  | <p><b>34.</b> Élargit l'application du taux réduit de TVA de 5%, entre autres, aux prestations de services suivantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- contrats d'entreprise lorsque les maîtres d'ouvrage sont des entreprises municipales, ayant pour objet la rénovation et la gestion urbaines détenues entièrement par des organismes publics;</li> <li>- travaux de rénovation urbaine lorsqu'ils sont réalisés dans le cadre d'opérations de requalification et de réhabilitation présentant un intérêt public national certain.</li> </ul>   |
| Renonciation à l'exonération de TVA (opérations sur biens immobiliers) | <p><b>35.</b> Modifie les règles de renonciation à l'exonération de TVA afin de permettre la renonciation à l'exonération applicable à la sous-location de biens immobiliers, lorsqu'ils se destinent à un usage industriel.</p>   |
| Vente de marchandises exonérées  | <p><b>36.</b> Établit un montant minimum de € 1.000 pour les ventes de marchandises effectuées à des exportateurs nationaux, destinées à l'exportation dans le même État, aux termes de l'article 6 du décret-loi n° 198/90, du 19 juin 1990.</p>  |
| Autorisations législatives   | <p><b>37.</b> Consacre une autorisation législative du Gouvernement pour la transposition dans l'ordre juridique interne:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- de l'article 2 de la directive 2008/8/CE du Conseil du 12 février 2008, modifiant la directive 2006/112/CE du Conseil, du 28 novembre 2006, en ce qui concerne le lieu des prestations de services, selon lequel le lieu d'imposition devrait être, en principe, celui où la consommation effective a lieu, c'est-à-dire le lieu où le destinataire est établi plutôt que celui où le prestataire est établi;</li> <li>- de la directive 2008/9/CE du Conseil, du 12 février 2008, définissant les modalités du remboursement de la TVA en faveur des assujettis qui</li> </ul>   |

ne sont pas établis dans l'État membre du remboursement, mais dans un autre État membre. Pour l'essentiel, cette directive simplifie et modernise la procédure de remboursement et elle apporte quelques précisions concernant les procédures de remboursement en faveur des assujettis non établis dans la Communauté.

## DROITS DE TIMBRE

Apports de capital/  
opérations de  
Restructuration

**38.** Précise que ne constituent pas des actes « d'apport de capital » et, partant, ne sont pas assujetties aux droits de timbre, les opérations de restructuration suivantes:

- apport d'une ou plusieurs sociétés de capitaux de la totalité de leurs actifs ou d'une ou plusieurs branches de leur activité à une ou plusieurs sociétés de capitaux en cours de constitution ou déjà constituées.
- acquisition par une société de capitaux en cours de constitution ou déjà constituée de parts sociales représentatives de la majorité des droits de vote d'une autre société de capitaux, pour autant que les parts sociales acquises soient rémunérées, du moins en partie, par des titres représentatifs du capital de la première société (cf. opérations d'échange de parts sociales)

Exonérations

**39.** Élargit aux transmissions effectuées en faveur des concubins l'exonération prévue pour les transmissions gratuites effectuées en faveur des conjoints.

**40.** Limite l'exonération applicable aux transmissions gratuites de biens immobiliers effectuées en faveur des conjoints (et désormais, aussi, des concubins), des descendants et des ascendants, aux transmissions *mortis causa*. Les donations de biens de cette nature dont ils seraient bénéficiaires ne sont donc plus exonérées.

**41.** Confère la qualité d'assujetti à l'impôt, avec toutes les obligations et responsabilités qui en adviennent, les personnes physiques ou morales auxquelles est transmis le droit de propriété ou des figures parcellaires de ce droit sur des biens immobiliers; notamment, les notaires cessent de liquider et de payer l'impôt;

Abrogations

**42.** Sont abrogées certaines rubriques prévues dans l'actuel barème général des droits de timbre. Ne sont donc plus imposés, entre autres, les actes et contrats suivants: le commodat, le dépôt civil, le dépôt de marques et brevets, les opérations douanières, les titres de dette publique émis par des gouvernements étrangers, les mandats postaux et télégraphiques et les opérations de transfert du siège statutaire ou de la direction effective d'une société, d'une association ou d'une personne morale, d'un État membre vers un autre État membre.

Certification de documents

**43.** Sont désormais assujettis aux droits de timbre les actes sous seing privé certifiés, lorsque cette forme est admise en alternative à l'acte authentique. Sont considérés comme assujettis à ces droits les sociétés ou les professionnels

qui certifient ces actes ou qui légalisent les signatures qui y sont apposées, sauf lorsque ces actes concernent un crédit ou des garanties accordés par des établissements de crédits ou autres sociétés financières.

Procurations

**44.** Limite l'incidence des droits de timbre sur les procurations et autres instruments relatifs à l'attribution de pouvoirs de représentation volontaire aux situations où ces instruments sont établis dans l'intérêt du mandataire ou d'un tiers.

Responsabilité fiscale

**45.** Élargit la responsabilité fiscale solidaire (avec l'assujetti) du paiement des droits de timbre aux personnes ou aux sociétés légalement habilitées à certifier des actes (lorsque cette forme est admise en alternative à l'acte authentique et que ces personnes ne sont pas l'assujetti), ainsi qu'aux personnes et aux sociétés intervenant aux actes, contrats et opérations ou recevant ou utilisant des livres, des papiers et autres documents. Dans tous les cas, l'intention de nuire n'est plus exigée pour la collaboration au non paiement de l'impôt.

---

## DROITS D'ACCISES

---

Notification préalable

**46.** Conformément aux recommandations communautaires, supprime l'obligation de transmission du document administratif d'accompagnement au bureau de douane au moins six heures ouvrables avant l'heure d'expédition, ce qui corrige une situation hautement pénalisante pour les entreprises portugaises exportatrices, surtout pour celles qui opèrent dans le secteur des boissons alcoolisées.

**47.** Toujours en application des recommandations communautaires, supprime aussi les garanties minimales exigées, tant pour la détention (dépositaires agréés) que pour la réception (opérateurs enregistrés et représentants fiscaux).

Accises sur l'alcool et les boissons alcoolisées

**48.** Modifie le concept de « petites brasseries » - taxées à la moitié du taux normal – afin d'inclure une production maximale de 300.000 hl dans la Région autonome de Madère (auparavant, elle était de 200.000 hl), pour autant qu'au moins 100.000 hl soient consommés dans la région.

Accises sur le tabac

**49.** Afin de réduire les quantités de tabac achetées par les particuliers en Espagne, pays où ce produit est moins taxé, introduction de « restrictions » aux quantités maximales de tabac que chaque particulier peut détenir; lorsque le produit est transporté dans une voiture particulière, les quantités maximales s'appliquent au véhicule et non à chacun de ses occupants.

Accises sur les produits pétroliers

**50.** Dans le contexte des préoccupations environnementales et des besoins de captation de recettes pour le Fonds carbone, prévoit l'augmentation de la taxation du mazout, mise en œuvre par arrêté ministériel. Ces droits pourraient atteindre les € 220/1000 litres.

L'augmentation prévue de la taxation du mazout pourrait entraîner des distorsions de la consommation, conduisant, d'une part, à l'utilisation (illégal)

Accises sur les véhicules

du gazole agricole – moins taxé – dans les chaudières et, d'autre part, à des détournements de commerce vers l'Espagne où le mazout et le gazole agricole sont moins taxés qu'au Portugal.

**51.** Report au 1<sup>er</sup> janvier 2010 la taxation prévue selon le barème A – qui comprend comme éléments de taxation la cylindrée et le CO<sub>2</sub> – de tous les véhicules automobiles.

**52.** Modifie (pour la deuxième fois en seulement un an et demi) les échelons des taux des accises sur les véhicules, entraînant une augmentation de la taxation des véhicules diesel estimée à environ 12% par les associations du secteur, compte tenu de la structure des ventes enregistrée jusqu'à présent. Cette augmentation est également impactée par le malus fiscal de 250 euros pour chaque véhicule diesel dont les émissions de particules sont supérieures ou égales à 0,005 g/km (non équipé de catalyseur), ainsi que par la suppression du bonus fiscal de 500 euros qui était attribué à chaque véhicule ayant des émissions de particules inférieures à ce taux.

**53.** Exclut l'application de la réduction de 50% du taux d'accise aux véhicules automobiles hybrides fonctionnant avec un carburant classique (essence ou diesel) et avec un carburant gazeux (gaz de pétrole liquéfié et au gaz naturel). Supprime l'exonération complète d'accise applicable aux véhicules affectés au service de taxi (location avec chauffeur).

**54.** Augmente (de manière douteuse au regard du droit communautaire) la taxation des véhicules d'occasion « importés » de la CEE, par la suppression sur le barème de réductions d'impôts (barème D) du premier et des 5 derniers échelons, et par la désapplication du barème de réductions à la composante de taxation CO<sub>2</sub>, qui est désormais due en totalité sous la désignation de « coût de l'impact environnemental ».

**55.** Conformément aux recommandations communautaires, uniformisation à 2 ans (il était de 3 ans et de 6 mois, respectivement) du délai de détention de véhicules automobiles en régime suspensif de la taxe par des opérateurs enregistrés et par des opérateurs agréés.

**56.** Établit que la réduction de 50% de la taxe sur les véhicules dont bénéficie actuellement l'activité de location de véhicules sera applicable uniquement aux véhicules dont les émissions de CO<sub>2</sub> sont inférieures ou égales à 140 g/km (contre 160 g/km auparavant).

**57.** Établit également que les aides fiscales aux véhicules en fin de vie – en vigueur jusqu'au 31 décembre 2009 – sont accordées uniquement en cas d'achat d'une voiture neuve ayant un niveau d'émissions de CO<sub>2</sub> inférieur ou égal à 140 g/km.

## TAXE UNIQUE DE CIRCULATION (IUC)

- Taxes
- 58.** Augmente de 5% les taux appliqués aux véhicules de transport de marchandises à usage non professionnel.
- 59.** Créé un supplément, progressif, du taux de la taxe applicable aux véhicules automobiles de la catégorie B (immatriculés après le 1<sup>er</sup> juillet 2007), en fonction de l'année de mise en circulation, ce qui entraîne une augmentation d'environ 10% de la taxation des véhicules immatriculés en 2009.

## TAXE MUNICIPALE SUR LES IMMEUBLES (IMI)

- Concept de biens fonciers urbains
- 60.** Élargit le concept de terrains à bâtir afin d'y inclure les terrains, situés à l'intérieur ou en dehors d'une agglomération urbaine, pour lesquels est admise une communication préalable ou émise une information préalable favorable d'opération de lotissement ou de construction (en plus de ceux pour lesquels a seulement été délivré un permis ou une autorisation aux mêmes fins, comme c'était le cas jusqu'en 2008).
- Évaluation des biens fonciers
- 61.** Établit que l'évaluation des biens fonciers doit se rapporter à la date de la demande d'inscription ou de la mise à jour du bien à la matrice cadastrale, et pas uniquement à la date d'inscription, comme prévu jusqu'à maintenant.
- Données foncières
- 62.** Stipule que, dans les biens agrandis, l'application des coefficients de vétusté soit effectuée en fonction de l'âge de chaque partie de l'immeuble.
- 63.** Établit que, lorsque la valeur patrimoniale imposable fixée suite à une deuxième évaluation apparaît faussée par rapport à la valeur normale de marché, la commission constituée à cet effet, conformément à la loi, fixe une nouvelle valeur imposable uniquement aux fins des impôts IRS, IRC et IMT. À cet effet, on entend par valeur patrimoniale imposable faussée lorsqu'elle dépasse de plus de 15% la valeur normale de marché ou que le bien présente des caractéristiques de valorisation qui le distinguent des standards normaux pour la zone et que la valeur patrimoniale est inférieure de plus de 15% à la valeur normale de marché du bien.
- 64.** Élargit aux agents des registres et aux professionnels habilités à certifier des actes sous seing privé correspondant à des actes ou des contrats soumis à l'enregistrement foncier la possibilité d'obtenir via Internet la *caderneta predial* et la déclaration modèle 1 de l'IMI.
- Taxes: immeubles en ruines
- 65.** Porte au triple les taux de l'IMI applicables aux immeubles en ruines. L'identification des immeubles ou des appartements en ruines est faite par les mairies et communiquée à la Direction générale des impôts avant le 30 novembre.

## TAXE MUNICIPALE SUR LES MUTATIONS IMMOBILIÈRES À TITRE ONÉREUX (IMT)

Évaluation: premières transmissions gratuites	<b>66.</b> Supprime l'obligation d'évaluation des immeubles déjà inscrits au registre foncier, pour les transmissions gratuites à cause de mort, lorsque les bénéficiaires sont le conjoint, les descendants ou les ascendants.
Exclusion de l'assiette : partage	<b>67.</b> Exclut de l'assiette de l'IMT l'excédent de la quote-part attribué à l'un des conjoints à l'issue du partage effectué dans le cadre de la dissolution du mariage, si celui-ci n'a pas été célébré sous le régime de la séparation de biens.
Exonérations	<b>68.</b> Porte à € 89.700 le montant au-dessous duquel sont exonérées de cette taxe les acquisitions de biens immobiliers urbains aux seules fins de résidence principale.
Déclaration modèle 1	<b>69.</b> Consacre la possibilité de remettre la déclaration modèle 1 en utilisant des moyens électroniques (via internet) et précise que la déclaration doit être faite même en cas d'exonération.
Obligations de coopération	<p><b>70.</b> Élargit aux entités et aux professionnels habilités à certifier des documents sous seing privé correspondant à des actes ou des contrats soumis à l'enregistrement foncier, l'interdiction de certifier ces actes ou de légaliser les signatures sur les compromis de vente ou sur les contrats de cession de compromis de vente lorsque leur conclusion donne lieu à l'application de l'IMT, sans que soit présentée la déclaration modèle 1 de l'IMI, accompagnée du justificatif de paiement.</p> <p><b>71.</b> Établit la responsabilité solidaire du paiement de la taxe, avec l'assujetti, des notaires qui dressent des actes authentiques et des personnes intervenant dans les actes sous seing privé certifiés, ou à tout autre titre, si cette forme est admise en alternative à l'acte authentique, lorsqu'ils ont collaboré au défaut d'application ou d'encaissement de la taxe ou si, à la date de leur intervention, réception ou utilisation, ils n'ont pas demandé à voir le justificatif de paiement ou d'exonération.</p>

## AVANTAGES FISCAUX

Transport de passagers et de marchandises	<b>72.</b> Consacre, suite aux engagements pris envers les associations professionnelles du secteur, un ensemble de mesures d'aide au transport de passagers et de marchandises, applicables durant l'exercice 2009 (et non jusqu'au 31 décembre 2012, comme le prévoyait le projet de loi), en particulier: <ul style="list-style-type: none"> <li>- exonération d'IRC de la différence positive entre les plus-values et les moins-values résultant de la transmission à titre onéreux de certains véhicules de transport de marchandises (achetés et immatriculés avant le 1<sup>er</sup> juillet 2008) et de véhicules affectés au transport public de passagers ou au transport en taxi, pour autant que la totalité du produit de la vente soit réinvestie – au cours du même exercice ou sur les deux suivants – dans l'achat de véhicules identiques, qui figurer à l'actif de la société pendant au moins cinq ans;</li> </ul>
---	---

- majoration de 20%, aux fins de calcul du bénéfice imposable de l'IRC, des frais engagés sur le territoire portugais pour l'achat de carburants destinés aux véhicules qui remplissent certaines conditions et qui sont affectés au transport routier de marchandises, au transport public de passagers ou au transport en taxi

Rénovation  
urbaine

**73.** Approuve un ensemble de mesures fiscales d'incitation à la rénovation urbaine, pour remplacer le Régime exceptionnel d'aide à la rénovation urbaine introduit par la Loi du budget de l'État 2008 (qui devrait être abrogé), ayant pour objet les immeubles urbains loués susceptibles de révision échelonnée des loyers aux termes du NRAU ou les immeubles urbains situés dans des « zones de rénovation urbaine » et prévoyant les avantages suivants:

- maintien de l'ensemble des avantages accordés par le Régime exceptionnel d'aide à la rénovation urbaine, notamment exonération d'IRC sur les revenus, de toute nature, obtenus par des fonds de placement immobilier, constitués entre le 1<sup>er</sup> janvier 2008 et le 31 décembre 2012, dont les actifs sont composés à au moins 75% de biens immobiliers concernés par les actions de rénovation menées dans les zones de rénovation urbaine ; les revenus des titulaires des parts de ces fonds sont soumis au régime suivant:

i. retenue à la source de l'IRS ou de l'IRC, au taux de 10%, sur les revenus payés ou mis à disposition par le fonds, par distribution ou rachat (retenue à la source à caractère définitif lorsque les revenus sont perçus par des sociétés non résidentes sans établissement stable au Portugal ou des assujettis à l'IRS résidents qui obtiennent les revenus en dehors d'une activité commerciale, industrielle ou agricole, même si ces derniers peuvent opter pour leur cumul), sauf si les titulaires bénéficient d'une exonération sur les revenus de capitaux ou s'ils sont résidents sans établissement stable sur le territoire portugais auquel ces revenus soient imputables, exception faite des entités résidentes sur un territoire où le régime fiscal est clairement plus favorable, ou des entités détenues directement ou indirectement à plus de 25% par des résidents;

ii. possibilité de déduction de 50% des revenus relatifs aux dividendes par les titulaires qui choisissent de cumuler les revenus distribués, en appliquant le régime d'élimination de la double imposition économique; et

iii. imposition au taux de 10% du solde positif entre les plus et moins-values provenant de la cession de parts lorsque les titulaires sont des entités non résidentes ne bénéficiant pas de l'exonération prévue à l'article 26 du statut des avantages fiscaux (EBF) ou des assujettis à l'IRS résidents sur le territoire portugais qui obtiennent les revenus en dehors d'une activité commerciale, industrielle ou agricole et qui ne choisissent pas leur cumul.

- imposition séparée au taux de 5% des plus-values réalisées par des assujettis à l'IRS résidents sur le territoire portugais lorsqu'elles proviennent entièrement de la transmission d'immeubles situés dans des « zones de rénovation urbaine », rénovés conformément aux stratégies de rénovation applicables, sans préjudice de la possibilité de les cumuler;

- imposition au taux de 5% des revenus fonciers perçus par des assujettis à l'IRS résidents sur le territoire portugais lorsqu'ils proviennent entièrement de la location d'immeubles situés dans des « zones de

rénovation urbaine », rénovés conformément aux stratégies de rénovation applicables ou d'immeubles susceptibles de révision échelonnée des loyers aux termes du NRAU, faisant l'objet d'actions de rénovation, sans préjudice de la possibilité de les cumuler;

- abattement, aux fins d'IRS, de 30% des charges supportées par le propriétaire, à hauteur de € 500, pour la rénovation d'immeubles situés dans des « zones de rénovation urbaine » et rénovés conformément aux stratégies de rénovation applicables ou d'immeubles loués susceptibles de révision échelonnée des loyers aux termes du NRAU, faisant l'objet d'actions de rénovation;

- exonération d'IMI pour les immeubles urbains faisant l'objet d'actions de rénovation, qui peut aller jusqu'à 10 ans (5 ans renouvelables pour une même durée de 5 ans) et exonération d'IMT sur la première transmission immobilière à titre onéreux de l'immeuble rénové, situé dans une « zone de rénovation urbaine » et aux seules fins de résidence principale. Ces exonérations doivent faire l'objet d'une délibération du conseil municipal.

Sont éligibles aux avantages ci-dessus les actions de rénovation engagées après le 1<sup>er</sup> janvier 2008 et achevées avant le 31 décembre 2020.

Donations: lutte contre la pauvreté

**74.** Introduction d'une norme transitoire, afin de porter de 8/1000 des ventes réalisées ou des services fournis à 12/1000 des ventes réalisées ou des services fournis, au cours de l'année 2009, le plafond des charges ou des pertes de l'exercice relatives à des donations attribuées dans le cadre de l'article 62 du EBF et axées sur des initiatives de lutte contre la pauvreté, à condition que l'organisme bénéficiaire des donations ait été agréé par le Ministère des Finances.

Placement immobilier à usage locatif

**75.** Adoption d'un régime spécial, applicable jusqu'au 31 décembre 2020 aux Fonds de placement immobilier à usage locatif (FIIAH) et aux Sociétés de placement immobilier à usage locatif (SIIAH) constitués entre le 1<sup>er</sup> janvier 2009 et le 31 décembre 2013 (le projet de loi prévoyait du 1<sup>er</sup> janvier 2009 au 31 décembre 2014) et aux immeubles acquis sur cette même période, prévoyant les avantages fiscaux suivants:

- exonération d'IRC sur les revenus de toute nature;
- exonération d'IRS et d'IRC sur les revenus provenant de parts et d'actions, hors solde positif entre les plus-values et les moins-values résultant de l'aliénation, payés à leurs titulaires ou mis à leur disposition, par distribution ou par remboursement;

- exonération d'IRS sur les plus-values provenant de la transmission, en faveur des FIIAH et des SIIAH, d'immeubles à usage de résidence principale et réalisée en vertu de la conversion du droit de propriété des ces immeubles en un droit de location, et abattement, dans certaines limites, des montants supportés par les locataires des immeubles suite à la conversion du droit de propriété en un droit de location. Concernant cet aspect, la loi qui a été adoptée précise que ces plus-values seront imposables, dans les conditions générales, si l'assujetti met un terme au bail ou s'il n'exerce pas son droit d'option, les délais de caducité et de prescription étant suspendus jusqu'à la fin de la relation contractuelle aux fins de liquidation et de paiement de l'IRS;

- exonération d'IMI pour les immeubles urbains locatifs à usage de

résidence principale figurant à l'actif des FIIAH et des SIIAH, et aussi longtemps qu'ils y resteront;

- exonération d'IMT sur l'achat de biens immobiliers à usage exclusivement locatif;
- exonération d'IMT sur l'achat à usage de résidence principale suite à l'exercice de l'option d'achat par les locataires des immeubles détenus par les FIIAH et les SIIAH;
- exonération de droits de timbre sur tous les actes pratiqués, à condition qu'ils aient un rapport avec la transmission des immeubles urbains à usage de résidence principale réalisée en vertu de la conversion du droit de propriété de ces immeubles en un droit de location, ainsi que de l'exercice de l'option d'achat de ces mêmes immeubles;
- exonération de taxes de supervision pour les sociétés gestionnaires de FIIAH, concernant uniquement la gestion de fonds de cette nature.

Comme prévu dans la loi du budget de l'État/2009, un arrêté ministériel a été publié (n° 1553-A/2008, du 31 décembre 2008), établissant les conditions et les critères applicables à la transmission des biens au fonds, au calcul du montant du loyer, à l'évaluation du prix du bien et au droit d'option d'achat. Le prix d'achat des biens immobiliers sera fixé d'un commun accord entre les parties, mais il ne pourra pas dépasser celui établi par les experts. Le montant du loyer est fixé entre les parties et indexé sur les coefficients de révision prévus par la loi. Quant à l'exercice du droit d'option d'achat par le locataire, il peut l'être à tout moment, sur la base du montant de la vente au FIIAH (susceptible de révision selon la variation de l'indice harmonisé des prix à la consommation) majoré – si l'option est exercée dans les deux ans qui suivent la transmission au FIIAH – des charges (frais d'évaluation, de transmission et d'enregistrement) supportées par le FIIAH. Si le locataire ne souhaite pas exercer son option d'achat, il peut recevoir le montant correspondant à la différence entre le montant de la vente faite à des tiers et le montant de la transmission mis à jour au FIIAH, déduction faite des frais de commercialisation du bien immobilier aux conditions normales et des éventuels loyers échus et impayés. Par ailleurs, en cas de cessation anticipée du bail, il faut encore déduire le montant des loyers relatifs à la période entre le moment de la cessation anticipée du bail et le moment de la vente à un tiers (sans aller au-delà de la date d'expiration du bail).

Les FIIAH, dont la constitution, le fonctionnement et la commercialisation obéiront au Régime juridique des fonds de placement immobilier, sont soumis à un ensemble de règles particulières, telles que:

- obligation de constitution sous forme de fonds fermés à souscription publique ou souscription privée (cette forme de souscription n'était pas prévue dans le projet de loi; elle a été introduite dans la version finale, afin de rendre plus souple et, partant, de garantir probablement une plus forte adhésion à ces instruments);
- après la première année d'exploitation, la valeur de l'actif total du FIIAH doit s'élever à au moins € 10 millions et le fonds doit avoir au moins 100 participants, dont la participation individuelle ne peut pas dépasser 20% de la valeur de l'actif total du fonds, sous peine de suspension immédiate et automatique du droit à la distribution de revenus du FIIAH pour le montant de la participation dépassant cette limite;

Investissements  
de nature  
contractuelle

- l'actif total des FIIAH doit être composé pour au moins 75% d'immeubles locatifs situés au Portugal, à usage de résidence principale;
- possibilité pour les emprunteurs qui ont souscrit un crédit immobilier de revendre le logement objet du contrat de prêt à un FIIAH, de conclure un bail avec la société gestionnaire du fonds et d'avoir un droit d'option d'achat du même logement, pouvant être exercé avant le 31 décembre 2020.

**76.** Prévoit une autorisation législative afin que le Gouvernement puisse modifier le régime des avantages fiscaux accordés à l'investissement de nature contractuelle prévu à l'article 41 du EBF et sa réglementation en vigueur, notamment pour:

- élargir sa durée d'application jusqu'au 31 décembre 2020;
- rehausser le montant minimum des placements pour l'éligibilité des projets;
- redéfinir les conditions d'accès et d'examen des candidatures en exigeant que les projets soient évalués notamment quant à leur effet structurant sur l'économie, quant à la création, au maintien et à la qualification de postes de travail, quant à leur impact sur l'innovation technologique et la recherche scientifique nationale;
- appliquer les nouvelles dispositions communautaires en matière d'aides de l'État;
- revoir et intégrer un régime d'aides à la recherche et au développement.

---

## LOI GÉNÉRALE FISCALE

---

Principe de la  
collaboration

**77.** Ramène à 30 jours le délai (actuellement de six mois) pour la publication des orientations générales sur l'interprétation et l'application des normes fiscales, en prévoyant également leur publication par des moyens électroniques.

**78.** Stipule que les services fiscaux doivent procéder à la conversion des renseignements contraignants, ou autre type d'informations fournies aux contribuables, en circulaires administratives, lorsqu'une question de droit importante a été posée et qu'elle a obtenu, ou devrait obtenir, la même réponse dans trois demandes de renseignement.

**79.** Prévoit la fourniture par les services fiscaux de la version électronique des codes et autre législation fiscale mise à jour.

**80.** Les établissements de crédit et les sociétés financières sont également soumis aux mécanismes d'information automatique concernant l'ouverture ou le maintien de comptes par des assujettis qui ne sont pas en règle vis-à-vis des services fiscaux et insérés dans des secteurs à risque.

Secret bancaire

**81.** Ajoute, à la liste de cas permettant l'accès direct (c'est-à-dire sans l'autorisation préalable du titulaire) aux informations ou documents bancaires,

le cas où il existe une divergence d'au moins un tiers entre les revenus déclarés et l'augmentation de patrimoine ou la consommation mises en évidence par l'assujetti sur la même période d'imposition ou que les revenus déclarés sont nettement inférieurs, sans raison valable, aux revenus que l'assujetti devrait normalement avoir compte tenu de son train de vie. Dans ces cas, les établissements de crédit et les sociétés financières sont également tenus de fournir à l'administration les données relatives au flux des règlements par cartes de crédit et de débit.

Renseignements  
contraignants

**82.** Consacre un délai maximum de 90 jours pour l'émission de renseignements contraignants, en établissant que le non respect de ce délai limite la responsabilité du contribuable à la dette de l'impôt : aucun intérêt, supplément ou pénalité ne pourra lui être demandé.

**83.** Stipule que, sur demande dûment motivée, le renseignement contraignant doit être fourni d'urgence, c'est-à-dire dans un délai de 60 jours, pour autant que la demande soit accompagnée d'une proposition d'encadrement fiscal, laquelle sera réputée validée par les services fiscaux s'ils ne répondent pas dans ce délai.

La délivrance urgente d'un renseignement contraignant implique le paiement d'une taxe située entre 25 et 100 unités de compte, en fonction de la complexité de la question, c'est-à-dire entre € 2.400,00 (deux mille quatre cents euros) et € 9.600,00 (neuf mille six cents euros).

**84.** À l'instar du régime prévu pour les orientations générales, il faudra publier, dans un délai de 30 jours et par des moyens électroniques, tous les renseignements contraignants délivrés, y compris urgents, sous réserve des données personnelles du contribuable.

---

## PROCÉDURE FISCALE

---

Renseignements  
contraignants

**85.** Établit que la notification aux intéressés de la réponse à la demande de renseignement contraignant doit inclure l'information ou l'avis sur lequel se sont basés les services fiscaux.

Normes anti-  
abus

**86.** Ramène à 90 jours le délai (actuellement de six mois) à partir duquel les dispositions anti-abus cessent d'être applicables, lorsque le contribuable a demandé aux services fiscaux un renseignement contraignant sur les faits qui les auront justifiées et que les services fiscaux n'ont pas répondu.

Procédure de  
correction des  
erreurs de  
l'administration

**87.** Consacre une nouvelle procédure de correction des erreurs des services fiscaux, visant à réparer, par des moyens simplifiés, les erreurs matérielles ou manifestes de l'administration, commises dans le cadre des procédures d'imposition ou des contentieux. On entend par erreurs matérielles ou manifestes, notamment celles qui résultent du fonctionnement anormal des systèmes informatiques des services fiscaux, ainsi que les cas évidents d'erreurs de calcul, d'écriture, d'inexactitude ou de lapsus.

Cette nouvelle procédure, qui doit être engagée dans les 10 jours qui suivent la prise de connaissance de l'acte préjudiciable auprès du plus haut dirigeant des services fiscaux, doit être tranchée dans un délai maximum de 15 jours.

Bien qu'elle soit caractérisée par la dispense de formalités essentielles telles que l'audition préalable, cette procédure ne fait pas obstacle à l'application des autres délais de réaction, ni à l'utilisation, dans le délai légal, des moyens de procédure ayant pour objet l'illégalité de l'imposition ou l'exigibilité de la dette.

Garanties **88.** Stipule que, pour le calcul du montant des garanties, les intérêts de retard seront comptés jusqu'à la date de la demande et calculés sur une période de cinq ans.

## INFRACTIONS FISCALES

Concours d'infractions **89.** Stipule expressément que la pratique de plusieurs infractions est passible d'une amende dont le montant maximal résulte de la somme des amendes appliquées à chacune des infractions séparément. Cette amende ne peut pas dépasser le double de la limite maximale la plus élevée des infractions cumulées, ni être inférieure à la plus élevée des amendes appliquées aux différentes infractions séparément.

Abus de confiance fiscal **90.** Établit que peut uniquement être poursuivi pénalement, comme abus de confiance fiscal, le non versement, total ou partiel, à l'administration d'un impôt d'un montant supérieur à € 7 500, exigible conformément à la loi.

Mise à la consommation irrégulière **91.** Établit que constitue une infraction administrative non seulement le détournement des produits imposables des fins établies par le régime fiscal applicable, mais aussi leur utilisation sur des équipements non autorisés.

Non versement de l'impôt **92.** Considère comme une infraction administrative, le non versement, total ou partiel, au créancier fiscal de tout impôt qui aura été perçu ou qui aurait dû être perçu sur une facture ou un document équivalent.

**93.** Considère également comme infraction administrative la mise à la consommation, la détention ou la commercialisation de produits violant les règles de scellés, d'emballage, de détention ou de commercialisation, notamment les limites quantitatives, établies par le Code des accises et la législation complémentaire.

## AUTRES MESURES D'ORDRE FISCAL

Paiement forcé des cotisations de sécurité sociale **94.** Modifie le régime applicable au paiement forcé de cotisations de Sécurité sociale – établi par le décret-loi n° 42/2001, du 9 février 2001 – en introduisant quelques particularités en ce qui concerne les paiements fractionnés et les acomptes provisionnels, notamment afin de:

- pouvoir autoriser le paiement fractionné par les particuliers assujettis, lorsqu'ils ne sont pas en mesure de payer immédiatement la totalité de leur dette, au regard de leur situation financière, selon les modalités suivantes:
  - a) maximum de 96 versements mensuels, lorsque la dette dépasse 500 unités de compte au moment de l'autorisation et pour autant que le débiteur fournisse une garantie appropriée ou atteste de difficultés financières évidentes et de prévisibles conséquences économiques ;
  - b) maximum de 60 versements mensuels, lorsque la dette dépasse 50 unités de compte au moment de l'autorisation; et
  - c) maximum de 36 versements mensuels dans les autres cas.
- permettre le versement d'acomptes, de n'importe quel montant, au titre de la dette.

Constitution de garanties

**95.** Maintient pour 2009 l'exonération de droits de timbre pour la constitution de garanties en faveur de l'État ou de la Sécurité sociale, dans le cadre des accords de paiement fractionné des dettes fiscales, notamment en vertu des dispositions de l'article 196 du Code de la procédure fiscale et du Plan Mateus (Décret-loi n° 124/96, du 10 août 1996).

---

## AUTORISATIONS LÉGISLATIVES

---

Produits financiers

**96.** Consacre une autorisation législative afin que le Gouvernement modifie le Code de l'IRS et le Statut des avantages fiscaux de manière à garantir la neutralité fiscale dans le traitement des produits financiers à caractère mutualiste, dans les domaines de la prévoyance, de la protection et de l'épargne, par rapport aux produits d'assurances et aux fonds de pensions.

Revenus du jeu

**97.** Prévoit une autorisation législative afin que le Gouvernement légifère en matière d'imposition de l'activité et des revenus du jeu, notamment de manière à élargir le régime de substitution fiscale aux intermédiaires financiers nationaux intervenant dans des opérations qui impliquent le transfert de recettes d'opérateurs de jeu hors du territoire national, ainsi qu'à revoir les règles en matière de droits de timbre, par l'application d'un taux maximum de 10%, en ce qui concerne les assujettis qui gagnants des jeux d'argent et de hasard de l'État, exploités par la *Santa Casa da Misericórdia*.

Tribunaux fiscaux

**98.** Consacre une autorisation législative afin que le Gouvernement modifie, dans un délai de 180 jours, le Statut des tribunaux administratifs et fiscaux, de manière à prévoir la possibilité de diviser les tribunaux fiscaux en chambres de grande, moyenne et petite instance, selon le montant des actions et la nature de l'affaire.







Equipa da Área de Prática Fiscal de PLMJ:

Rogério M. Fernandes Ferreira	<i>Sócio de Capital – coordenador</i>
João Maricoto Monteiro	<i>Sócio</i>
João Magalhães Ramalho	<i>Sócio</i>
Nuno da Cunha Barnabé	<i>Sócio</i>
António Fernandes de Oliveira	<i>Associado Sénior</i>
Francisco de Carvalho Furtado	<i>Associado Sénior</i>
José Pedroso de Melo	<i>Associado Sénior</i>
Carla Madeira Papa	<i>Associado</i>
Roberto Mendes Londral	<i>Associado</i>
Joana Lança	<i>Associado</i>
Ana Moutinho do Nascimento	<i>Associado</i>
Margarida Marques Carvalho	<i>Associado</i>
Andreia Pereira da Costa	<i>Associado</i>
Mónica Respício Gonçalves	<i>Associado</i>
Cláudia Saavedra Pinto	<i>Advogado-estagiário</i>
João Parreira Mesquita	<i>Advogado-estagiário</i>
Bernardo Morais Palmeiro	<i>Advogado-estagiário</i>
Maria Inês Assis	<i>Advogado-estagiário</i>
Sérgio Brigas Afonso	<i>Advogado-estagiário</i>
Manuel Teixeira Fernandes	<i>Consultor Externo</i>



Lisboa • Porto • Faro  
Coimbra • Açores • Guimarães • Viseu  
Angola • Moçambique • Brasil • Macau